

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Jefferson Godoy Athaydes

**O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8):
DA LUTA ARMADA À LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, 1969-1976.**

Campinas

2016

Jefferson Godoy Athaydes

**O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8):
DA LUTA ARMADA À LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, 1969-1976.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em história.

Área de habilitação: História

Orientador: Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha

Campinas

2016

Jefferson Godoy Athaydes

**O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8):
DA LUTA ARMADA À LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, 1969-1976.**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em história.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti–IFCH – Unicamp

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva – IFCH – Unicamp

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha –IFCH – Unicamp (orientador)

AGRADECIMENTOS

Estes 12 meses de trabalho tiveram como resultado mais do que somente esta pesquisa, mas também formaram um historiador. Todas as preocupações e as noites sem dormir, com toda a certeza, foram recompensadas nestas páginas, e a ajuda e a colaboração daqueles que me cercam foram essenciais para a concretização deste trabalho.

Em primeiro lugar, ao meu orientador Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha pela infinita paciência, atenção e auxílio desde os momentos iniciais dessa pesquisa. Sem sua orientação, com certeza, eu possivelmente não seria o historiador que sou hoje.

Ao Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva, assim como ao meu orientador, por possibilitarem minha viagem de pesquisa ao Rio de Janeiro. Mais do que o acesso à documentação, essa viagem foi para mim um voto de confiança no meu trabalho.

Às funcionárias do Arquivo Edgard Leuenroth, pela disposição de ajudar um aluno de graduação que nunca havia entrado em um arquivo, e às funcionárias do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro pela simpatia e pelo esforço de encontrar a documentação que eu procurava, quando achava que sairia de lá de mãos abanando.

Aos familiares que sempre acreditaram em mim e sempre deram o suporte para que eu seguisse meus sonhos.

Aos amigos que estiveram sempre ao meu lado, fisicamente ou não, e que sempre estiveram dispostos a ouvir minhas dúvidas, inseguranças e reclamações.

À Vitória, por complementar meu ser e ser aquela que compreende minha alma.

Ao Kebab, através das suas unhas, mordidas e ronrons, demonstrando o amor da forma mais felina possível.

A todos estes, os meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a saída da luta armada de uma organização comunista, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, na Ditadura Militar e a adoção de uma nova tática de luta política, a bandeira das liberdades democráticas. Para tanto, demonstramos como a organização apresentava seus ideais de 1969 a 1971, a crise e a cisão causados pela autocrítica à luta armada em 1972, e como o grupamento divulgava seus novos ideais a partir de 1974, apresentando mudanças e continuidades em seu discurso e entrando em conflitos com outros coletivos comunistas.

Palavras-chave: MR-8, Ditadura Militar, liberdades democráticas

ABSTRACT

This research aimed to analyze the exit from the armed struggle of a communist organization, the 8 October Revolutionary Movement (MR-8), at the Military Dictatorship, and the adoption of a new tactic of political struggle, the flag of the democratic liberties. Therefore, we showed how the organization presented its ideals from 1969 to 1971, the crisis and the split caused by the self-criticism of the armed struggle in 1972, and how the group spread its new ideals beyond 1974, presenting changes and continuities in its discourse and entering in conflicts with other communist collectives.

Keywords: MR-8, Ditadura Militar, liberdades democráticas

ABREVIATURAS

ALN – Ação Libertadora Nacional

APML – Ação Popular Marxista-Leninista

DI-GB – Dissidência Universitária da Guanabara

DI-RJ – Dissidência Universitária do Rio de Janeiro

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MR-8/CP – Movimento Revolucionário 8 de Outubro/Construção Partidária

MR-8/DG – Movimento Revolucionário 8 de Outubro/Direção Geral

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PO – Política Operária

PT – Partido dos Trabalhadores

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRACT	5
ABREVIATURAS	6
SUMÁRIO	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – A bandeira da luta armada	19
Origens da organização	19
As linhas políticas de abril de 1969 e de janeiro de 1971	23
CAPÍTULO II – A saída da luta armada e a nova prática	37
O fim da Frente e a saída da luta armada	37
O racha de novembro de 1972	41
O pleno de dezembro de 1972 e a nova prática	45
CAPÍTULO III – A defesa das liberdades democráticas	52
As liberdades democráticas e as eleições de 1974	52
Os verdadeiros comunistas: a defesa das liberdades democráticas e o conflito com a Política Operária	57
Considerações finais	65
REFERÊNCIAS	67
Fontes	67
Bibliografia	67

INTRODUÇÃO

Estudar as esquerdas atuantes sob a ditadura militar é um exercício que nos ajuda a refletir sobre a nossa realidade atual. Pensar como aquelas organizações sonhavam com uma sociedade, e a maneira como elas lutavam por ela, nos ajuda a compreender tanto os caminhos que essas organizações tomaram quanto, no plano mais geral, os caminhos da nossa sociedade. Nesse sentido, esta pesquisa pretendeu acompanhar o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), partindo da adoção da luta armada em 1969, seu abandono a partir de 1972, e a adoção de uma nova prática de luta, a luta pelas liberdades democráticas.

É necessário pontuarmos que, embora não se trate de um partido político em si, o MR-8 possui uma organização partidária, tendo em vista a futura formação do Partido de Vanguarda. Por isso, os estudos da história política sobre os partidos colaboram para nossa análise. De acordo com Serge Berstein¹, aos olhos do historiador o partido político aparece fundamentalmente como o lugar onde se opera a mediação política. Para ele, a realidade vivida pertence à esfera do concreto cotidiano, enquanto o campo político à esfera do discurso e das representações especulativas, não existindo, assim, uma ponte natural entre elas. Assim sendo, entre um programa político e as circunstâncias que o originaram haveria sempre uma distância, saindo do domínio do concreto e entrando no do discurso, que comporta uma expressão das ideias e uma linguagem codificadas.

Seria, assim, no espaço entre o problema e o discurso que se situa a mediação política, sendo ela a obra das forças políticas que teria como objetivo articular as necessidades ou as aspirações mais ou menos confusas das populações. A mediação política assumiria, para Berstein, o aspecto de uma tradução, exibindo com maior ou menor fidelidade ao modelo que se pretende exprimir. Dessa maneira, a tarefa do historiador que trabalha com as forças políticas é tentar perceber essa distância fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso.

Faz-se necessário, antes de iniciarmos a análise documental do MR-8, vermos como os autores pensavam as esquerdas revolucionárias durante os anos 1960 para posteriormente conseguirmos compreender melhor a própria documentação produzida pela

¹ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 57-97.

organização, assim como entender os processos, as rupturas e as continuidades quando da autocrítica da luta armada.

Primeiramente, Daniel Aarão Reis Filho, em seu livro *A Revolução Faltou ao Encontro*², apresenta alguns pressupostos das organizações comunistas que aderiram à luta armada que, pode-se dizer, são comuns a todas elas. Segundo o historiador, elas compartilhariam a crença de que a revolução socialista seria inevitável, ou seja, seria necessário que os comunistas preparassem o terreno para sua chegada. Não haveria dúvidas de que a sociedade brasileira estivesse vivendo um processo revolucionário, que possibilitaria se tornar a partir de 1964 uma guerra popular³.

Para ele as organizações acreditavam também, em consonância com os escritos de Marx, que o proletariado tinha uma missão histórica, revolucionária. Para atingir seu objetivo ele precisaria do partido, de acordo com a teoria leninista, sendo o foco guerrilheiro a sua recriação nas condições latino-americanas. Desse modo, não haveria dúvidas entre as organizações de que a revolução seria não só socialista, mas também proletária. Mesmo que a prioridade fosse dada à luta no campo ela seria uma etapa, portanto, para preparar o processo revolucionário para o protagonismo do proletariado⁴.

Outra crença compartilhada seria a da necessidade do partido de vanguarda, guiado pelos comunistas. A eles caberia o domínio da teoria que esclareceria os caminhos revolucionários e possuiriam, assim, o “domínio do futuro”. Eles deveriam levar aos operários sua consciência de classe e a sua missão histórica, preparando-os para a revolução. O partido seria, assim, a forma suprema da organização, o instrumento da ditadura de classe, símbolo de sua vontade única. A isso se somaria uma supervalorização da vanguarda, em que as condições para a revolução poderiam ser criadas por um movimento das próprias vanguardas, dando o exemplo e atraindo, assim, as massas trabalhadoras⁵.

Dessa forma, o autor considera que as organizações comunistas seriam organizações de elite, buscando reunir os militantes que tivessem maior conhecimento teórico sobre a revolução em detrimento do saber prático. Daí sairia, para ele, um duplo sentido excludente e antidemocrático, em que as vitórias das lutas sociais dependeriam da teoria e de

² AARÃO REIS FILHO, Daniel. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense: CNPq, 1990.

³Idem, p. 108-110.

⁴Idem, p. 110-112

⁵Idem, p. 113-115.

um partido que não seria patrimônios dos próprios movimentos sociais. Estes seriam, dessa maneira, incapazes de dominar a teoria por sua própria natureza⁶.

Segundo o sociólogo Marcelo Ridenti, a tese de Aarão Reis defende que as organizações comunistas necessitavam de “princípios” e de um “projeto histórico”, de mecanismos de integração no interior dos grupos revolucionários que lhes permitiria sobreviver, sob as condições mais adversas, esperando pelo momento da revolução. Mas, ao contrário, o que isso teria causado seria um isolamento em relação ao processo real da luta de classes. Segundo Ridenti, ao contrário, onde houver perseguição política a tendência é a destruição das organizações que não tiveram nenhuma sintonia com a luta de classes, ou seja, elas não sobreviveriam apenas baseadas em seus próprios princípios, projeto histórico e mecanismos de coesão interna⁷.

Para Ridenti, portanto, teria ocorrido exatamente isso com as esquerdas revolucionárias, já que

[...] ao perderem, de vez, a sintonia com o devir da sociedade brasileira, ao deixarem de encontrar inserção nos movimentos sociais, desenraizando-se, tornaram-se marginais à dinâmica da realidade social e política; então, as organizações passaram a viver uma lógica de sobrevivência (contra os ataques da polícia) e de autodestruição (pelos constantes questionamentos e cisões, gerados na incompatibilidade crescente entre a lógica interna de sobrevivência política do grupo armado e o movimento da sociedade mais abrangente)⁸.

Essa lógica teria contribuído para, então, o próprio fracionamento dos grupamentos, uma vez que, em um momento de aguda repressão, a utilização das práticas armadas teria servido à própria sobrevivência do guerrilheiro, embora ele ainda mantivesse o discurso dos pressupostos da luta revolucionária⁹.

Entretanto, o autor problematiza o uso que Aarão Reis dá para os fatores de coesão das esquerdas revolucionárias. Ele não nega a sua relevância para a sua atuação política, porém argumenta que eles por si só não ajudam a compreender como tantos jovens da década de 1960 – tida por ele como uma época de liberação de costumes – teriam aderido às organizações tão rigidamente controladas. A descrição de Aarão Reis seria, assim, de um

⁶Idem, p. 136.

⁷ RIDENTI, Marcelo Siqueira. O fantasma da revolução brasileira. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 254.

⁸Idem, p. 255.

⁹Idem, p. 257.

funcionamento centralizado, disciplinador, antidemocrático e fortemente hierarquizado de um partido comunista clássico¹⁰.

Assim, para Ridenti, é necessário historicizar a lógica de coesão interna, ou seja, compreender que sua adoção foi feita a partir de sua inserção no devir da sociedade, numa determinada conjuntura, ajudando a entender o porquê essas frações sociais adotaram essa militância política. Nas entrevistas realizadas pelo sociólogo é comum esse discurso, em que muitos ex-militantes consideram essas lógicas uma “opção política consciente numa determinada conjuntura”, em que a clandestinidade impunha alguns sacrifícios, incluindo o da própria vida dos militantes. As normas de funcionamento interno das organizações de esquerda revolucionária seriam, dessa forma, consideradas legítimas em sua época pelo conjunto dos militantes¹¹.

Esses autores nos ajudam a compreender, portanto, as decisões tomadas pelos grupamentos enquanto praticavam a luta armada. Essa estrutura hierarquizada, centralizada e antidemocrática seria uma escolha consciente dos militantes visando tanto a proteção pessoal em um momento de ativa repressão política quanto uma racionalização, uma estruturação, do processo revolucionário. Podemos nos perguntar até que ponto seria possível uma estrutura democrática por organizações de esquerda armada em uma conjuntura de ativa repressão e perseguição. Contudo, para além disso não podemos esperar posições muito diferentes no período pois, como disse Ridenti, ninguém era democrático nos anos 1960, seja na esquerda ou na direita¹². Aplicar o conceito de democracia difundido atualmente ao contexto do pré-1964 ou durante a ditadura pode nos fazer cair no anacronismo.

Já alguns autores defendem não que as esquerdas revolucionárias fossem antidemocráticas, ao contrário, seu conceito de democracia teria uma perspectiva marxista em oposição à democracia liberal. Diego Grossi, por exemplo, argumenta que essa historiografia, que imputa às esquerdas valores antidemocráticos, entende a democracia apenas pelo viés liberal. Ela seria uma historiografia “revisionista” em que, em nome da renovação do saber

¹⁰Idem, p. 258.

¹¹Idem, p. 259.

¹² RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores” In: AARÃO REIS FILHO, Daniel, MOTTA, Rodrigo Patto Sá, RIDENTI, Marcelo (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 63.

histórico, haveria a sua utilização para “legitimar determinadas perspectivas ideológicas que estejam de acordo com o status quo”, retomando lógicas anticomunistas¹³.

Dialogando também com Aarão Reis, ele considera que esse historiador levanta três pontos principais em relação à luta armada e a questão democrática: os valores democráticos não eram valorizados pela esquerda; a definição da luta armada como “resistência democrática” seria equivocada, pois se tratava de uma perspectiva ofensiva; e a ligação entre a luta armada e a democracia foi feita no processo de redemocratização, não correspondendo à realidade. Ou seja:

(...) a participação das esquerdas na vida política durante o processo de redemocratização e no sistema supostamente democrático construído a partir daí teria sido o propulsor de uma remodelação da visão sobre o próprio passado dessas esquerdas, em que foi criada uma sintonia entre as lutas transcorridas, sobretudo a guerrilha, e a presente democracia brasileira, metamorfoseando a proposta ofensiva revolucionária (no geral socialista) em “resistência democrática”¹⁴.

Grossi argumenta que Ridenti possui uma parcial concordância com Aarão Reis sobre o assunto. Ele diz que o sociólogo acerta ao lembrar que existem outras concepções de democracia que não só a de democracia liberal burguesa. Além disso, ainda para Ridenti, enquanto não se duvida que a inserção das antigas esquerdas revolucionárias na arena política na redemocratização foi um processo de reconfiguração memorialística que as inseriu na frente de resistência democrática, Ridenti discorda de Aarão Reis ao considerar que elas devem sim ser inseridas no movimento de resistência. O que ele rejeitaria seria, portanto, o uso do adjetivo “democrática” para caracterizá-la para evitar confusões quanto ao entendimento do que seria uma democracia¹⁵.

Assim, Grossi defende que as diferentes organizações tinham diferentes conceitos de democracia, defendendo que a afirmação de que as esquerdas armadas teriam um caráter antidemocrático só poderia se sustentar ao se adotar a premissa de se compreender como democracia apenas a sua vertente liberal, caindo em um axioma que declara o que não é liberal como ditatorial. Ele considera, portanto, que as organizações e os guerrilheiros buscavam uma forma de democracia que fosse uma democracia “de fato” para a classe trabalhadora, não apenas formalmente. Ele considera que para grande parte dessas esquerdas,

¹³ GROSSI, Diego. Dilemas da historiografia brasileira sobre a resistência armada contra a Ditadura Militar: a questão democrática entre os paradigmas liberais e a proposta marxista. *História & luta de classes*. Vol. 19, p. 45.

¹⁴ Idem, p. 46.

¹⁵ Idem, p. 47.

o que derrubaria o regime seria uma revolução nacional e democrática, colocando como objetivo futuro a perspectiva socialista¹⁶.

Veremos nesta pesquisa que, ao contrário do que afirma Grossi, essas características antidemocráticas estão presentes nas linhas políticas do MR-8. Não que não haja menção à democracia e ao direito de o povo eleger seus representantes, ou então, como o próprio subtítulo indica, às liberdades democráticas. As práticas defendidas pela organização nos permitem afirmar isso, como procuraremos demonstrar.

A partir da publicação do trabalho de René Dreifuss¹⁹⁶⁴: a conquista do Estado¹⁷, de 1981, em que o autor demonstra que as forças civis foram tão importantes quanto os militares no golpe de 1964, há a utilização do termo, pela historiografia, de ditadura civil-militar. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade foram a base social necessária para a tomada da iniciativa por partes dos golpistas, assim como fora o apoio dos grandes grupos empresariais centrados em torno do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Embora não haja uma negativa quanto ao papel preponderante da burguesia tanto no momento do golpe militar quanto no decorrer do regime, seria inapropriado utilizar um termo como “ditadura empresarial-militar”, como faz Grossi, para se referir ao regime, uma vez que, mesmo querendo dar ênfase ao caráter burguês da ditadura, ele acaba por silenciar que teria havido um apoio por parte da sociedade civil durante todo o período.

Sendo assim, o período posterior do da luta armada representou uma busca por renovação e novas formas de atuação, sendo a luta pelas liberdades democráticas o debate central em meados de 1970. Para o cientista político Mario Almada Grabois, é possível dividir esses debates em dois momentos distintos: um primeiro, em que com o fim da perspectiva de luta armada ele seria travado entre os grupamentos de esquerda revolucionária, tendo repercussões também nas outras oposições; e em um segundo, em que a luta pelas liberdades democráticas já é hegemônica, não sendo, portanto, sobre sua importância, mas sim pelos significados estratégicos da democracia¹⁸.

¹⁶Idem, p. 49-51.

¹⁷ DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁸ GRABOIS, Mario Almada. A luta desarmada: a esquerda revolucionária e o debate da questão democrática nos anos 1970. Dissertação de mestrado em ciência política UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 42.

Grabois considera que a abordagem que encerra a perspectiva de luta revolucionária com a derrota do militarismo rebaixa a importância dos outros períodos de atuação dos comunistas brasileiros, especialmente o das lutas sociais e democráticas ocorridos logo após a luta armada, de 1973 até o início dos anos 1980. Para ele, “o período da luta armada muitas vezes é visto sob uma ótica que hipervaloriza a sua especificidade política, além de ser apresentado envolto em uma moldura que o isola do que vem imediatamente depois”, o que dificultaria compreender que a etapa posterior teria sido fundamental no processo de oposição, denúncia e resistência à ditadura, além de apresentar esses dois momentos como desconectados entre si¹⁹.

Também dialogando com Aarão Reis e Ridenti, o cientista político argumenta que esses dois autores não consideram as esquerdas nos anos 1960 democráticas, sendo essa uma preocupação que só viria nos anos 1970. Para Grabois, as discussões sobre a importância das lutas democráticas e as lutas de massas não eram estranhas às organizações dedicadas ao combate armado. Mais ainda, criticando Aarão Reis, ele diz que esse autor, ao considerar como secundária ou inexistente as discussões sobre democracia para as esquerdas no período, reforça apenas uma visão de democracia, como sendo unicamente a expressão da democracia burguesa. O conceito de democracia entre as esquerdas revolucionárias, assim, não se restringiria àquelas visões herdadas do reformismo e do etapismo²⁰. Apesar disso, Grabois alerta, também deve-se criticar aqueles que consideram que o objetivo das esquerdas revolucionárias, ao adotar as lutas democráticas, fosse também a redemocratização ou até mesmo a democracia conforme existe atualmente no Brasil. Ao contrário, a proposta dessas organizações, a partir de 1974, apresentaria uma estratégia socialista, coincidindo o final da ditadura com o fim da dominação burguesa no país²¹.

Compreendemos também que, no momento da mudança de tática efetuada pela organização, o exílio teve um papel chave. Para a historiadora Maria Paula Araújo, a derrota da luta armada impôs às organizações e aos militantes a necessidade da definição de uma nova linha de atuação política. Em um primeiro momento, segundo a autora, esse processo de autocrítica teria se iniciado no Chile e, após o golpe militar de 1973, ele teria continuado na Europa, mais especificamente na França²². Portanto, é no exílio que se tem, de fato, uma

¹⁹Idem, p. 45-46.

²⁰Idem, p. 47-48.

²¹Idem, p. 49.

²² ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 162.

guinada rumo a uma mudança tática da organização, sendo os primeiros meses de 1972 aqueles em que haveria um esforço por parte da coordenação do MR-8 para formar politicamente os militantes, preparando-os para o Pleno que decidiria a nova prática.

É certo que as baixas acarretadas pela repressão tiveram papel essencial nesse momento; contudo, a maneira como o exílio impacta e afeta os indivíduos nos faz refletir sobre o peso de sua influência no processo. De acordo com a historiadora Denise Rollemberg, o exílio seria uma tentativa de afastamento e eliminação de uma geração política questionadora da ordem estabelecida²³, sendo sua experiência formada por uma multiplicidade de experiências individuais. Ela argumenta que o exílio causaria, no exilado, um afastamento em relação às referências que formariam aquele indivíduo, sendo capaz até mesmo de causar a despersonalização e o anonimato, produtores de possíveis crises de identidade. O exilado seria o “desenraizado”, o que perdeu as suas raízes – as bases sobre as quais ele havia se formado²⁴. Ou seja, conforme explica Cristiane Dias, o pensamento do psicanalista uruguaio Marcelo Vinãr expressa bem esse sentimento:

(...) o exílio tem sempre uma dimensão de traumatismo, na medida em que o indivíduo se forma a partir das ilusões que tem de si mesmo e de seus projetos de vida, remodelado de forma constante em seu entorno social, movimento que é interrompido pelo deslocamento a um ambiente ao qual ele não está habituado, um ambiente “não familiar”²⁵.

Ao mesmo tempo, para Rollemberg o exílio seria também um momento em que haveria a possibilidade de redefinição da luta:

Se os conflitos vividos expõem o exilado a experiências dolorosas, criam também a possibilidade de renovação, inovação, descoberta, transgressão, ampliação de horizontes. Não se está defendendo, evidentemente, o “sofrimento” como “enriquecimento”. No entanto, mesmo sem uma perspectiva dicotômica, um polo é sempre mais ou menos enfatizado em detrimento do outro. Se muitos sofrem com o desenraizamento, outros se descobrem nesse processo. O exílio, apesar de tudo o que foi dito – ou por causa disso –, oferece um outro lado: a oportunidade do recomeço e da transformação²⁶.

O exílio é, portanto, o responsável por colocar o exilado em contato com o mundo, abrindo possibilidades de novas formas de luta política. Contudo, diferente do migrante, que saía de seu país principalmente por causas econômicas, o exilado possui referências políticas mais ou menos sólidas que afrontam o sistema econômico ou político de seu país de origem. Dessa forma, de acordo com a historiadora, “os princípios políticos,

²³ ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 5.

²⁴ Idem, p. 25-26.

²⁵ VIÑAR, Maren e Marcelo. Exílio e tortura. São Paulo: Escuta, 1992, apud DIAS, Cristiane Medianeira Ávida. Os brasileiros no Chile (1970-1973): exílio e memória. Autos & baixas – Justiça, memória e cidadania. Vol. 3, n. 1, 2015, p. 91.

²⁶ ROLLEMBERG, op. cit., 1999, p. 33.

embora possam ser reavaliados no exílio – e frequentemente o são –, fortalecem o exilado, preparando-o para o enfrentamento de sua condição”²⁷. A derrota do seu projeto de sociedade, que seria ao mesmo tempo individual e coletivo, ou até mesmo as dificuldades que o tornam impossível de ser realizado, tornam o indivíduo um exilado. Dessa maneira, podemos compreender tanto como o exílio impactou as vivências dos militantes quanto a sua própria atuação política e, assim, entender o porquê do MR-8 ter tomado as decisões que tomou.

Ainda de acordo com Rollemberg, o exílio poderia ser dividido em duas gerações distintas e em três fases diferentes. As duas gerações, a de 1964 – exilada com o golpe civil-militar – era ligada aos movimentos sociais pré-1964. A segunda geração, a de 1968, esteve relacionada às lutas estudantis de 1968 e à supervalorização da ação revolucionária. Nem sempre, enquanto exiladas, as duas gerações estiveram em contato e compartilharam experiências.

Em relação às fases do exílio, na primeira delas, que se estende de 1964 até 1973, estaria presente a ideia de que ele seria curto, apenas um recurso para escapar à perseguição. Haveria no horizonte a perspectiva por parte dos revolucionários de retornar ao Brasil para reintegrar à luta. A dedicação à militância é alta, exigindo a dedicação intensa e integral, assim como é existente a crença de que a ditadura poderia ser derrotada e a não-avaliação e o desprezo do próprio exílio como momento e espaço de luta. A segunda geração, que trata da aceitação de que o exílio seria permanente, vai de 1973 até o final do exílio, em 1979, enquanto a terceira, para a historiadora, não teria uma datação precisa e trataria do exílio no exílio, quando os exilados migrariam para outros países em busca de novas formas de vida.

A tese de Eladir Fátima Nascimento dos Santos²⁸, por meio das memórias dos antigos militantes do MR-8, busca resgatar a atuação da organização entre 1975 e 1985. O tema da entrada e da saída da luta armada são discutidos pelos seus entrevistados, e um deles, falando sobre a sua adoção, compreende que ela teria sido decidida pois

(...) A luta armada somente foi feita quando foram fechadas todas as possibilidades de atuação no movimento de massas. Portanto não há que se autocriticar. O que foi feito foi que retornamos o rumo dos movimentos sociais e abandonamos a forma de luta que não era mais necessária²⁹.

²⁷Idem, p. 45.

²⁸ SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. Disputas de memórias: memória e identidade do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1975-1985). Tese de doutorado em Memória Social UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.

²⁹ Entrevista Sérgio Rubens, 20/07/2011. In: SANTOS, op. cit., p. 61.

A historiadora afirma que, para esse entrevistado, “os revolucionários do MR-8 não se sentiam derrotados diante das posições anteriores no que se refere à luta armada como estratégia³⁰”, não havendo, assim, necessidade de uma autocrítica de suas posições. Em outra passagem, esse mesmo entrevistado afirma que a organização não tinha por objetivo, desde a sua separação do PCB, a entrada na luta armada. Para ele, a organização queria continuar atuante no movimento de massas, fato que foi impossibilitado pela decretação do AI-5:

Até o AI-5 que foi em 13 de dezembro de 1968 nossa posição dentro do Movimento Estudantil era a de que existiam condições para o crescimento do movimento de massa, portanto não era necessária a luta armada, pois achávamos que ia prejudicar. Defendemos essa posição até exatamente o dia 13 de dezembro de 1968. A ALN não. Eles já haviam iniciado algumas ações. Nós avaliamos que aquilo não estava ajudando, achávamos que o principal era continuar o crescimento do movimento de massa, que era algo que correspondia à realidade. Em 1968, houve um crescimento bastante significativo. Houve um crescimento do Movimento Operário também. Queríamos combater a ditadura através dos movimentos de massa. Com o AI-5 o espaço que existia para acumular força dentro do movimento de massa diminuiu, pois a repressão aumentou³¹.

Para ele, o grande problema teria sido a ida somente das lideranças dos movimentos de massa para a luta armada, que não aceitaram voltar para casa após o fechamento do regime. Ele, então, critica as correntes historiográficas que afirmam que a entrada na luta armada tenha se dado com o objetivo de se tomar o poder e implantar a ditadura do proletariado:

(...) existe uma corrente que se apega de forma burocrática ao que está escrito. Diz que o pessoal da esquerda foi para a luta armada, pois era uma forma de resistência à ditadura, mas na verdade era uma estratégia de tomada do poder. Isso não é verdade. Dizem “eles queriam tomar o poder e implantar uma ditadura do proletariado”. (...) Isso está errado. O nosso processo de ingresso e de saída da luta armada se deu fundamentalmente como processo de resistência à ditadura, pois quando voltamos a ter condições mínimas para retomar o processo de acumulação de força através do Movimento de Massa nós saímos da luta armada³².

É possível constatar que esses depoimentos se encaixam no que discute Marcelo Ridenti em seu artigo Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores³³. Ele argumenta que a afirmação de que as esquerdas teriam iniciado suas ações armadas devido ao fechamento do regime teria sido formada após a derrota desse movimento no contexto das aberturas democráticas e da luta pela anistia, ignorando que as organizações tinham um plano ofensivo que viria do período anterior ao golpe.

³⁰Ibidem.

³¹Ibidem.

³²Ibidem.

³³ RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores” In: AARÃO REIS FILHO, Daniel, MOTTA, Rodrigo Patto Sá, RIDENTI, Marcelo (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 53-65.

Dessa forma, implica-se que não haveria luta armada caso as instituições democráticas funcionassem, com canais de expressão pela oposição. Essa visão se daria pois, no ambiente em que essas afirmações teriam sido formuladas, as ações armadas só seriam justificáveis caso fizessem parte de uma resistência democrática ao regime militar. Contudo, embora sob um projeto ofensivo, não podemos negar que ela deve ser incluída no processo de resistência à ditadura. Negar o caráter de resistência, como diz Ridenti, dá margem à interpretação que isenta a sociedade civil de cumplicidade com a ditadura³⁴.

Esses autores nos ajudam a compreender como funcionavam e o que pensavam as organizações de esquerda revolucionária nos anos 1960 e 1970. Especificamente no caso do MR-8 é necessário, portanto, passarmos à análise de suas linhas políticas do período da luta armada para entendermos melhor as mudanças e as continuidades após 1972. Salvo o momento específico do exílio, período abordado pelo trabalho de Denise Rollemberg *Exílio: entre raízes e radares*³⁵, a atuação das esquerdas no final do governo Médici e sob o governo Geisel, ou seja, após a luta armada, é relativamente ignorada pela academia. Isso se refletiu na escassez de bibliografia nesta discussão, fato que tentamos contornar centrando a análise principalmente na documentação do MR-8.

Vemos, com isso, como pensar a atuação da esquerda revolucionária e sua inserção na discussão sobre a democracia. Sendo assim, essa pesquisa se divide em três capítulos, abrangendo três períodos da história do MR-8. No primeiro capítulo, compreendendo o período de 1969 a 1971, analisamos as linhas políticas da organização que passam pela adoção e pela prática da luta armada. Podemos ver nesse capítulo como a organização espera conquistar o poder, qual a visão que ela tem das massas e também sobre a composição social da ditadura. No segundo capítulo, tratando da época do exílio no Chile, de 1972 a 1973, vemos os conflitos com as outras organizações comunistas, as cisões internas e, finalmente, a autocrítica da luta armada e a adoção da luta pelas liberdades democráticas. Finalmente, o terceiro capítulo, abordando de 1974 ao início de 1976, busca demonstrar os objetivos da luta pelas liberdades democráticas, como o MR-8 esperava derrubar o regime militar e parar o processo de “institucionalização” da ditadura, além da defesa dessa nova tática confrontando suas posições com as de outras organizações.

³⁴Idem, p. 59

³⁵ROLLEMBERG, op. cit., 1999.

CAPÍTULO I – A bandeira da luta armada

Origens da organização

O Partido Comunista Brasileiro (PCB)³⁶ era o partido político de esquerda predominante no Brasil durante os anos 1960. É importante frisar que o PCB passou por uma mudança na sua concepção a respeito da revolução brasileira que nos ajuda a compreender as críticas das organizações que dele se separaram. Essa transformação se deu na linha política definida na “Declaração de Março de 1958” que, para Pimentel da Silva, “diferia radicalmente das propostas revolucionárias anteriores, expressas no ‘Manifesto de Agosto de 1950’ e no programa do IV Congresso, realizado em 1954”³⁷. A antiga visão tinha uma premissa revolucionária, ancorada na luta armada para a transformação da sociedade brasileira. A Declaração teve o diferencial, oposta à postura anterior de insistir no atraso e na estagnação econômica, de reconhecer o “desenvolvimento capitalista do país, a ampliação do mercado interno, o surgimento de um importante setor da indústria pesada, o crescimento dos efetivos do proletariado industrial e de uma burguesia ‘[...] interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país’³⁸”. O atraso do proletariado, portanto, seria causado pela exploração imperialista, e não mais pelo estágio atrasado do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Essa nova linha política tinha como premissa a concepção da revolução brasileira efetuada em duas etapas, ou seja, o partido propunha que fosse realizada, primeiramente, uma revolução nacional e democrática de cunho anti-imperialista – buscando acabar com a influência das potências estrangeiras no Brasil, em especial dos Estados Unidos – e antifeudal – pois o partido compreendia que a origem do atraso da economia brasileira viria de seu caráter agrário-exportador, centrado em torno do latifúndio –, em aliança com os setores “progressistas” da burguesia nacional, que dominariam essa etapa e promoveriam um avanço dos modos de produção; em seguida, depois de consolidada a economia capitalista no país,

³⁶ Fundado em 1922, teve papel preponderante nas lutas antifascistas dos anos 1930 e participou da Intentona Comunista, que desencadeou a decretação do Estado Novo por Getúlio Vargas em 1935. Após o final da ditadura de Vargas, teve ampla atuação na política nacional se inserindo em movimentos de massa e sindicatos, além de ligações com congressistas e membros do governo, apesar de sua ilegalidade. O PCB identificava no presidente João Goulart um aliado que poderia levar a cabo suas políticas.

³⁷ SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969). Dissertação de mestrado em História Social UFF, Niterói, 2009, p. 42.

³⁸ AARÃO REIS, Daniel. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo (orgs.). História do marxismo no Brasil. Vol. V. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 90-91.

estaria preparado o terreno para a revolução socialista, desta vez sob a liderança do proletariado para cumprir seu dever histórico³⁹.

Não obstante, esse traçado não previa uma ruptura violenta com a ordem vigente propondo, por outro lado, uma via pacifista para o socialismo, tornada possível por meio de reformas sociais realizadas no próprio seio do Estado burguês. Assim, as lutas políticas dos comunistas deveriam centrar ao redor das reformas estruturais – como a reforma agrária–, abrindo caminho para o desenvolvimento do capitalismo para, dessa maneira, se aproximar da revolução nacional democrática⁴⁰. As esquerdas brasileiras encontraram seu maior apoio no período no governo Jango, centrado em torno da bandeira das Reformas de base. Elas previam principalmente a reforma agrária, que seria “a mais importante politicamente, a mais urgente socialmente e de maior repercussão econômica⁴¹”.

Entretanto, a tática de aliança com a burguesia se mostrou desastrosa com o golpe civil-militar de 1964, amplamente apoiado e planejado por essa classe. Os comunistas, pegos de surpresa e sem esboçar resistência, “assistiam perplexos a demolição de seus ideais⁴²”, e os movimentos sociais que surgiram no início dos anos 1960 foram dispersados. A direção central do PCB não teria sido capaz de realizar uma autocrítica frente ao golpe e escolheu manter a linha pacifista e reformista aplicada anteriormente. De acordo com Aarão Reis, para a direção do PCB o responsável pelo golpe teria sido o “esquerdismo”, a vontade de subverter a ordem sem medir as forças ou analisar a conjuntura, enquanto para uma parcela dos demais membros do partido, a culpa caberia ao “direitismo” e à imobilidade do comitê central. Além disso, o processo da derrota teria precipitado as insatisfações internas, que amadureceram em um processo crítico e teria formado uma oposição, sendo o “desacordo entre os líderes partidários e oposição, combinado com a emergência da Dissidência” que teria acabado com “a unidade da chamada Esquerda Partidária^{43,44}”.

Com isso, desencantados com a derrota sofrida em abril de 1964, e em desacordo com a manutenção da linha política pelo Comitê Central, diversas organizações se separam e se tornam independentes. Dentre as principais cisões, provenientes da base e da cúpula, a mais

³⁹ É importante notar que, na concepção do PCB, todo esse processo teria o Partido como o seu condutor.

⁴⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014, p. 34-35.

⁴¹ CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009, p. 139, apud SILVA, op. cit., p. 31.

⁴² RIDENTI, op. cit., 2010, p. 29.

⁴³ A Esquerda Partidária era um conjunto de coletivos críticos à direção geral do PCB que acabaria por se tornar o embrião dos grupos dissidentes que adotariam a luta armada.

⁴⁴ RIDENTI, op. cit., 2010, p. 49.

famosa é a Ação Libertadora Nacional (ALN)⁴⁵, cujo líder era o ex-dirigente Carlos Marighella. Também, entre 1965 e 1968 surgem as chamadas Dissidências universitárias, que reunia majoritariamente estudantes, como é o caso da Dissidência Universitária da Guanabara (DI-GB) que acabou se transformando em 1969 no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Com isso, de acordo com Ridenti, de 1964 até 1968 o PCB havia perdido metade de seus militantes, saindo da cena política por aproximadamente 10 anos após o golpe e se preservando da atuação dos órgãos de repressão da ditadura⁴⁶. Apesar disso, o partido não deixa de participar do jogo político, mesmo sem estar sob os holofotes, buscando a formação de uma frente democrática centrada ao redor do partido de oposição oficial da ditadura, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁴⁷.

Sendo assim, o ano de 1968 foi central na história das esquerdas. Uma parcela dos movimentos sociais desarticulada com o golpe lentamente se reorganizou e voltou a ocupar as ruas ao longo do ano. Apesar da legislação proibitiva quanto ao direito de greve, os operários da COBRASMA (Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários) iniciaram uma paralização em 16 de julho reivindicando aumentos salariais, trimestralidade dos reajustes e contrato coletivo de dois anos. A reação da repressão foi fulminante, prendendo cerca de 500 operários em pouco mais de 5 dias de greve, acabando com os planos de uma greve geral⁴⁸. Também revigorado estava o movimento estudantil, centrado em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE)⁴⁹. O estopim para as manifestações foi o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto pela polícia no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. A notícia de sua morte se espalhou pelo país, e as manifestações que se seguiram foram continuamente reprimidas. O movimento culminou em 26 de junho na Passeata dos Cem Mil, sob a direção de diversas organizações de esquerda. Entretanto, o refluxo começou a ser sentido no final do ano e, em outubro, 739 universitários são presos no 30º Congresso da UNE, dando fim à representatividade da organização⁵⁰.

⁴⁵ A ALN, assim como o MR-8, tem origens dentro do PCB. Trata-se de um racha, liderado pelo antigo dirigente do partido Carlos Marighella, que divergia do posicionamento do PCB após o golpe de 1964. A organização advogava a luta armada, mais especificamente a guerrilha urbana, como tática para derrubar a ditadura e instaurar um governo socialista.

⁴⁶ RIDENTI, op. cit., 2010, p. 30.

⁴⁷ Cf.: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge, REIS, Daniel Aarão, (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 291.

⁴⁸ GORENDER, op. cit., 2014, p. 158-159.

⁴⁹ A União Nacional dos Estudantes, fundada em 22 de dezembro de 1938, é a organização estudantil que representa os estudantes do ensino superior. No período abordado, a UNE esteve ligada às manifestações contrárias tanto à derrubada de João Goulart quanto ao regime militar.

⁵⁰ GORENDER, op. cit., 2014, p. 162-164.

Uma das organizações que participou desse processo foi a DI-GB. Ela foi uma das primeiras organizações a se separar do PCB, em 1966, e tem origem nas frações internas do partido que procuravam mudá-lo por dentro, buscando apoio de outros agrupamentos na direção da formação de uma linha revolucionária⁵¹. De acordo com Camurça e Aarão Reis, as tentativas do Comitê Central de frear esse movimento foram dificultadas pela conjuntura criada após o golpe, devido à clandestinidade do partido e por ter sido considerado culpado pela derrota, juntamente com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de João Goulart⁵².

Em torno do debate sobre a participação nas eleições, portanto, ocorre a separação com o PCB, em que os dissidentes discordam da posição do partido de apoiar candidatos pelo recém-criado MDB, propondo, ao invés disso, a adoção do voto nulo. Antevendo uma expulsão, os militantes descontentes saem do partido e formam a DI-GB, tendo destaque principal no movimento estudantil em meio às manifestações de 1968. Duas conferências realizadas em 1967 buscavam delinear um perfil próprio à organização, se situando entre os partidários da luta armada imediata (ALN) e os que defendiam a formulação de um novo partido comunista (como defendia o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário - PCBR). Em finais de 1968 foi ficando claro que a organização se aproximara mais do polo defensor da luta armada imediata⁵³.

Para Camurça e Aarão Reis, desde 1967 a DI-GB tinha propostas que eram inovadoras quanto ao movimento estudantil. Ao contrário do que fazia o PCB, os autores argumentam que a organização incentivaria o movimento com base em suas próprias reivindicações, não assumindo as lutas estudantis para fins políticos maiores e não instrumentalizando as instituições⁵⁴. Aarão Reis, em uma entrevista ao projeto “Memória do movimento estudantil”, relata a capacidade da União Metropolitana dos Estudantes (UME), comandada pela DI-GB, de articular as reivindicações políticas gerais com um programa compreensível para os estudantes. Ao trazer para o debate estudantil pautas de interesse dos estudantes, para ele teria havido o aumento da participação e da qualidade das discussões⁵⁵.

⁵¹ CAMURÇA, Marcelo Ayres, AARÃO REIS, Daniel. O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8): da luta armada contra a ditadura à luta eleitoral no PMDB. In: FERREIRA; REIS, op. cit., 2007, p. 133.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ AARÃO REIS FILHO, op. cit., 1990, p. 50.

⁵⁴ CAMURÇA, AARÃO REIS, op. cit., 2007, p. 135.

⁵⁵ AARÃO REIS, Daniel. Entrevista concedida ao projeto “Memória do movimento estudantil”. Rio de Janeiro, 05 de julho de 2005. p. 8. Disponível em: <www.mme.org.br>. Acessado em 04 de fevereiro de 2006, p. 14, apud SILVA, op. cit., 2009 p. 105.

Dessa maneira, ao privilegiar as reivindicações estudantis, mas sem se afastar das bandeiras políticas mais gerais, a DI-GB teria visto seu prestígio aumentar, assim como seu poder de mobilização, conquistando apoio difuso nas bases estudantis e transformando a UME em uma entidade de massas. A DI-GB ampliou, com isso, sua expressão nacionalmente enquanto exercia, de acordo com Aarão Reis, liderança incontestada no movimento estudantil carioca⁵⁶. Com essa influência e prestígio vindos pela participação nesse movimento em 1968, a DI-GB passou a se articular com outras Dissidências; contudo, apesar dos desejos de formular uma nova organização revolucionária com base nesses coletivos, a DI-GB ficou isolada, enquanto as outras passaram a tomar outros rumos e integraram outros agrupamentos⁵⁷.

Assim, o início das ações armadas da DI-GB se deu em meio ao refluxo do movimento de estudantil, da radicalização dos debates políticos em meio a ele e pela edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968⁵⁸. Foi nessa conjuntura que a DI-GB realiza uma conferência em abril de 1969 que oficializa sua entrada na luta armada. No mesmo ano a organização realiza sua ação mais espetacular em conjunto com a ALN, o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, com o intuito de obter a libertação de presos políticos e a divulgação de um manifesto pelas emissoras de rádio. Foi durante esse sequestro que a organização assume o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro, em referência à data de morte do revolucionário Che Guevara, além de tentar desmoralizar a repressão que havia a pouco anunciado o desmantelamento de um grupo homônimo do estado do Rio de Janeiro (formado pela Dissidência do Rio de Janeiro, DI-RJ).

As linhas políticas de abril de 1969 e de janeiro de 1971

Para compreendermos a entrada do MR-8 na luta armada e sua posterior mudança tática após 1972, em suas mudanças e continuidades, é necessário, primeiramente, analisarmos as linhas políticas da organização. Para o período abordado, os documentos Linha política de abril de 1969⁵⁹ e Orientação para a prática⁶⁰ de janeiro de 1971 são indispensáveis para estudarmos a visão da organização a respeito da conjuntura nacional e

⁵⁶Idem, p. 105-106.

⁵⁷CAMURÇA, AARÃO REIS, op. cit., 2007, p. 135-136.

⁵⁸Idem, p. 136.

⁵⁹Linha política de abril de 1969. Abril de 1969, Fundo Gilberto Mathias, Pasta 11, Arquivo Edgard Leuenroth.

⁶⁰MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. Orientação para a prática. Janeiro de 1971, Fundo Gilberto Mathias, pasta 11, Arquivo Edgard Leuenroth.

suas propostas políticas, além das táticas e estratégias revolucionárias⁶¹. O primeiro documento, a Linha política de abril de 1969, definido na conferência de abril de 1969, é o que marca a entrada da DI-GB na luta armada, antes mesmo da organização adotar o nome de MR-8, e foi a diretriz da organização até o abandono das práticas armadas. Os dois documentos dialogam bastante, por isso daremos maior enfoque às colocações da Linha política e, posteriormente, destacaremos as divergências e as mudanças adotadas na Orientação para a prática.

O primeiro documento se inicia com uma análise da conjuntura internacional e do desenvolvimento do capitalismo mundial, identificando, primeiramente, a evolução do imperialismo de sua fase colonialista para a fase monopolista, ou seja, da priorização da exportação de matérias-primas para a exportação de capitais pelos países periféricos. Esse sistema teria como característica uma base econômica que estaria intimamente identificada com o governo, sendo sustentada pelo que chama de “máquina burocrático-militar”, ou seja, a ação dos militares teria sido necessária para defender os interesses das classes dominantes.

É nesse ponto que a DI-GB começa a se desvencilhar da interpretação do PCB quanto às características do capitalismo brasileiro e suas táticas para a revolução brasileira. Enquanto o PCB compreendia que a burguesia tinha um potencial revolucionário e seus elementos progressistas desejariam a independência em relação ao capitalismo mundial, a Dissidência considera que o imperialismo acabou com essas diferenciações, fazendo com que as burguesias locais prefiram a “integração com o capital internacional, como sócios menores, a uma disputa com ele⁶²”. Dessa forma, as lutas revolucionárias não mais precisariam desembocar em revoluções democrático-burguesas, procurando desenvolver o capitalismo nacional sob o comando das burguesias nacionais, pelo contrário, as revoluções poderiam já conduzir à uma etapa de libertação nacional ou até mesmo socialista, de acordo com o desenvolvimento de cada sociedade. É interessante notar que não há o abandono das concepções etapistas (o próprio uso da palavra etapa evidencia isso); contudo, há uma nova interpretação que dá a possibilidade das lutas nacionais não mais dependerem da burguesia local para se concretizar a revolução. Sendo assim, seria dever dos revolucionários comunistas se prepararem para tornarem a liderança histórica dos processos de libertação nacional.

⁶¹ Os documentos estão presentes na coletânea *Imagens da revolução* em versão compilada e resumida. Compreendendo que são dois momentos diferentes da organização, optamos por analisar os documentos em sua íntegra para melhor perceber as nuances da linha política.

⁶²Linha política..., abril de 1969, p. 2.

Em outra ruptura com a visão tradicional do PCB, e em conformidade com a Declaração de 1958, a DI-GB considera que a sociedade brasileira já é regida por uma estrutura capitalista de produção. Os maiores obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas não seriam mais o latifúndio e as relações feudais que remanesciam no campo, mas sim as próprias relações capitalistas de produção. Agora, o obstáculo seria dado pela dominação imperialista e suas relações de exploração, algo que não se configuraria como um elemento externo à sociedade brasileira, mas teria identificação com as classes dominantes do país.

Contrariando a interpretação dada pela Declaração, não existiria um setor progressista da burguesia que se aliaria às classes revolucionárias para acabar com a dominação imperialista. Ao contrário, para a DI-GB a burguesia estaria completamente atrelada ao Estado e teria seus interesses alinhados com aqueles do imperialismo. A própria integração do capitalismo brasileiro ao internacional não teria se dado independentemente aos interesses internacionais, já que ele havia se desenvolvido incentivando a monopolização, com a concentração de riquezas nas mãos de poucos, gerando um crescimento do setor industrial intimamente ligado aos interesses estrangeiros. Uma vez que as classes revolucionárias combatessem o imperialismo, elas estariam lutando, dessa forma, para derrubar também as burguesias locais. O Estado brasileiro, assim, para a DI-GB representaria os interesses da burguesia; portanto, para destruir o capitalismo no Brasil seria necessário destruir o aparelho burocrático-militar que o representa.

A organização define, neste documento, alguns pontos que seriam as tarefas centrais da revolução socialista. Elas seriam a estatização dos monopólios; a destruição do exército burguês, a formação de milícias populares e a manutenção do Exército dos Trabalhadores; a destruição do Parlamento, do Judiciário, da burocracia, ou seja, da organização superestrutural burguesa; e, por fim, a implantação da economia planificada e o controle das trocas comerciais pelo Estado. Assim, a organização considera que somente o Estado comandado pela ditadura do proletariado, composto por trabalhadores da cidade e do campo, seria capaz de realizá-las.

Para a realização da revolução socialista seria necessária a criação de frentes populares reunindo “aquelas forças cujos interesses se mantêm até o final da atual etapa”, que seria formado majoritariamente pelo proletariado urbano e rural, pequenos camponeses e as camadas médias empobrecidas. Há certa esperança de que, eventualmente, as camadas inferiores da burguesia viessem a apoiar o movimento por estarem arruinadas pela

concorrência imperialista. Contudo, o documento alerta que concessões estratégicas a essa classe colocariam em xeque a procurada hegemonia operária do movimento. Ao contrário da estratégia pecebista, não se espera que haja uma Revolução Burguesa capitaneada pelos setores progressistas da burguesia, mas o próximo passo já seria uma revolução socialista que seria levada a cabo por uma frente principalmente composta pelos explorados.

Assim, o documento discorre então sobre qual a estratégia da organização na guerra revolucionária que estaria por acontecer. Primeiramente, ele define que somente o Exército dos Trabalhadores seria capaz de destruir o Estado burguês e instaurar o poder operário, sendo a guerra revolucionária a única forma de resolver a contradição entre a burguesia e o proletariado. Ela seria, dessa forma, um processo político, e não a explicitação militar da luta política. É notável a supervalorização dessa estratégia, uma vez que, para a DI-GB, ela seria

[...] o conjunto das formas de luta inseridas em um contexto de processo armado, de que se revestem as lutas políticas e econômicas e que encaminham a classe operária no sentido da tomada do poder. E, mais do que isso: é a maneira de levar e aprofundar o processo revolucionário até o objetivo final⁶³.

Essa seria, assim, uma luta pelo socialismo, devendo ser encarada a partir de uma ótica operária. Entretanto, há uma observação importante que nos é dada: apesar de adotar essa ótica, a guerra revolucionária não deve se subordinar estreitamente ao nível da consciência da massa trabalhadora, ao contrário, ela deveria estar sujeita à perspectiva estratégica dada pela vanguarda revolucionária. Ou seja, é adotada a perspectiva proletária, mas nem tanto, já que o que o proletariado deveria ter sua consciência criada a partir do que a vanguarda consideraria ser uma consciência proletária.

O processo da guerra revolucionária seria, dessa forma, um movimento das massas exploradas, dirigidas pela vanguarda da classe operária. O dever dos comunistas seria negar as concepções vanguardistas, que substituíssem o papel exercido pelas massas privilegiando a atuação militar, assim como negar a concepção que restringe a massa, ignorando o papel histórico da vanguarda, a colocando a seu reboque. Seria importante, de acordo com o documento, compreender essa “justa relação” entre os dois, dando à vanguarda seu papel histórico e permitindo que ela dite os objetivos e os caminhos para as massas em seus processos políticos, enquanto somente essas últimas poderiam derrubar o poder. Em outras palavras, a massa desempenharia seu papel histórico nos termos ditados pela vanguarda, sem nenhuma margem de autonomia e decisão próprias.

⁶³Idem, p. 5.

Apesar de o foco guerrilheiro ter sido visto para a maioria das organizações que se separaram do PCB como um objetivo imediato, a DI-GB não possuía, ao menos teoricamente, uma visão espontaneísta sobre ele, buscando criá-lo a qualquer custo esperando que ele influencie as lutas do povo a partir de sua deflagração. Para eles, o foco é sim uma forma de luta assumida pela vanguarda, mas respaldada na ação político-militar das massas. De fato, o foco possui aspecto eminentemente militarista, sendo que para sua instalação seria secundária a preocupação com a composição social da área em que ele seria instalado; porém, sua característica revolucionária não se daria sozinha, pois ela viria da combinação com as outras formas de luta da guerra revolucionária.

Mais ainda, a organização considerava que o foco, acima de tudo, precisava de uma infraestrutura nacional, voltada para o desenvolvimento da prática político-militar das massas, que utilizasse as formas armadas não-estratégicas (como a propaganda revolucionária, por exemplo) para desenvolver as lutas de massas enquanto as identifica com o foco guerrilheiro, abrindo espaço para a sua deflagração. Assim, a organização considera que, devido ao seu caráter estratégico, o foco seria determinante do desenvolvimento da fase de sua deflagração, possuindo autonomia em relação ao “ascenso” [sic] e ao descenso do movimento de massas, enquanto paradoxalmente há a compreensão de que ele não sobrevive sozinho no processo revolucionário.

Por fim, a DI-GB analisa a situação nacional e delimita quais as suas táticas para o período. Primeiramente, a organização considera que a ditadura de classes passou a exercer-se de novas maneira com o golpe, rompendo com a legalidade que era inadequada à preservação do sistema. Para eles, a ditadura militar teria sido formada pela aliança criada para o golpe pelo conjunto das classes dominantes. Ela seria, dessa maneira, o instrumento para o domínio dos grandes monopólios, voltando-se para a política que acelera a integração brasileira ao sistema imperialista nacional. As esquerdas teriam sido obrigadas, portanto, pela ditadura militar, a entrarem na ilegalidade devido à restrição da faixa legal de sua atuação.

As organizações de esquerda revolucionária viam na decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, uma utopia do impasse, para usar a expressão de Daniel Aarão Reis Filho, em que o regime não teria condições de oferecer alternativas políticas ao país, levando as massas populares que foram anteriormente iludidas com o programa reformista a pegar em

armas e aderir ao movimento revolucionário⁶⁴. Podemos dizer que as esquerdas consideravam o fechamento do regime o momento ideal para a entrada na luta armada, devido às contradições entre o regime militar e a sociedade civil, mas não que as esquerdas não possuíam outra alternativa ou que ficaram sem canais de atuação e, por isso, partiram para a luta armada, como discutido por Ridenti⁶⁵.

A Linha política diz que o PCB não fora capaz de realizar uma autocrítica de suas teses reformistas e insistiu no erro, se afastando do proletariado e sendo levado à desagregação interna. Nesse processo de desmembramento, teriam surgido do partido diversos grupos que “abriram e abrem perspectivas de luta e de organização para a classe operária, visando a tomada violenta do poder⁶⁶”. Também há a acusação do PCB ter iludido as massas nas teses reformistas, permitindo que suas organizações fossem desbaratadas e controladas pela burguesia com o golpe, e tornado baixo seu nível de consciência e de organização de classe. Teria sido há pouco tempo que a classe operária havia retomado suas lutas, negando, parcialmente, o reformismo, o legalismo e o pacifismo que seriam típicos do PCB.

Além disso, de acordo com o documento, o apoio da classe média ao golpe militar teria se dado pela ilusão criada pela propaganda reacionária, além de estar confusa pela inexistência de um proletariado que desempenhasse sua função histórica de vanguarda revolucionária, se colocando, assim, “ao lado da contrarrevolução em 1964”. O arrocho salarial imposto pela ditadura, por outro lado, teria sido responsável por contrariar os seus interesses ao transferir a renda dos assalariados para a burguesia. Com isso, os setores médios, vanguardados por grupos revolucionários, teriam exercido uma política intensa, desgastando a ditadura, com destaque ao movimento estudantil de 1968.

O PCB, portanto, teria sido o culpado, direta e indiretamente, pelo fracasso de um projeto de resistência ao golpe em 1964 ao não criar um proletariado forte e ao não trazer parte das camadas médias para seu lado. A organização considera, assim, que a instauração do Ato Institucional nº 5 (AI-5) fora desencadeada pela vanguarda ideológica da burguesia que resolvera garantir a aplicação das diretrizes gerais delineadas em 1964, e seria, com isso, um “golpe dentro do golpe”, visando afastar os setores que impediriam a aplicação dos objetivos estratégicos dos golpistas, além de ampliar a repressão aos movimentos revolucionários, tidos

⁶⁴ AARÃO REIS FILHO, Daniel. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 50.

⁶⁵ RIDENTI, op. cit., 2004, p. 53-65.

⁶⁶ Linha política..., abril de 1969, p. 9.

como ameaça. A burguesia teria, a partir disso, usado de sua força e criado novos instrumentos de opressão, que serviriam melhor para o desenvolvimento do capitalismo monopolista. Essa seria mais uma das provas apresentadas pela DI-GB da inviabilidade do projeto pacifista e reformista da revolução que seria defendido pelo PCB, justificando, assim, a entrada da organização na luta armada.

Após o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick em setembro de 1969 a repressão se intensifica e causa danos consideráveis nas fileiras das organizações comunistas. A DI-GB, agora chamada MR-8, tem ao longo de 1970 uma grande perda de quadros e impasses na sua atuação, que levam a organização a repensar seus caminhos. No mesmo ano são publicados também diversos artigos de militantes da organização na chamada Tribuna de debates, que discute as estratégias e as táticas revolucionárias, sobre a guerrilha rural, o trabalho de massas, entre outros temas. Para além disso, a organização se envolve em uma Frente de trabalho com outras organizações de esquerda revolucionária, como a ALN e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A participação na Frente envolveria a promoção de debates e a “interpenetração política” dos grupamentos participantes⁶⁷.

Assim, em janeiro de 1971, em conformidade com as decisões tomadas na Frente para maior divulgação das decisões políticas das organizações, há a edição do documento Orientação para a prática, que revisita alguns dos postulados definidos na Linha política de abril de 1969. Os problemas causados pela repressão são evidentes logo no começo do documento, em que a organização se queixa da dificuldade de reunir os militantes para discutir as posições políticas e lamenta também as derrotas e a perda de diversos companheiros, além da preocupação com a circulação do documento fora dos quadros da organização.

A Orientação para a prática tem como objetivo tirar “um corpo de posições políticas a partir das elaborações dos companheiros de nossa e de outras organizações⁶⁸”, sendo essas as posições oficiais da organização até que fosse possível realizar uma conferência ou um congresso de acordo com as condições de democracia interna. O documento traz uma nova análise da conjuntura nacional. Em primeiro lugar, identifica que a tática da ditadura em reprimir os movimentos sociais e utilizar massivamente a propaganda

⁶⁷Comunicado, 25 de setembro de 1971, Fundo Gilberto Mathias, pasta 10, Arquivo Edgard Leuenroth, p. 2-3.

⁶⁸ MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. Orientação para a prática. Janeiro de 1971, Fundo Gilberto Mathias, pasta 11, Arquivo Edgard Leuenroth, p. 1.

não é suficiente, e o governo procura saídas no desenvolvimento econômico, o que não depende inteiramente de seus esforços. Mais ainda, critica os que dizem que a situação econômica da ditadura está “em maus lençóis”, argumentando que o país apresenta boas taxas de crescimento e alta da bolsa de valores. Com isso, a organização vê que a burguesia e a ditadura brasileiras estão fortes, e é um erro esperar encontrar um caminho para a revolução através das contradições internas da burguesia:

[...] assustar-se com uma situação dessas e ver o governo avançando, só encontrando a saída revolucionária no agravamento das contradições internas das classes dominantes é um desvio, e tão injustificável quanto a utopia de ver a ditadura destruída no Brasil; é abdicar, enquanto vanguarda, do papel de enxergar através da propaganda⁶⁹.

A organização mantém sua análise relativa à característica do capitalismo brasileiro. Ainda não haveria a existência de uma autonomia nacional em relação aos interesses do capital, fazendo com que o governo tenha de ceder quando não existem concordâncias com o capital internacional. O crescimento do PIB não significaria muito, uma vez que ele se daria em um contexto de alta remessa de lucros para o exterior. Isso faria com que a ditadura ficasse sem saída, já que não adiantaria o desenvolvimento que não traz uma melhora das condições de vida das massas. O que ele teria trazido, ao contrário, é a maior concentração de riquezas nas mãos de poucos e, incapaz de remediar isso, a ditadura estaria investindo em propaganda para acalmar os anseios da população. Sendo assim, além da propaganda, o regime utilizaria da repressão aos movimentos contestatórios e novas medidas econômicas para controlar os anseios da população.

Os resultados eleitorais de 1970 teriam mostrado que, mesmo sem a atuação determinante da esquerda revolucionária, o desgaste da ditadura foi maior que nas eleições anteriores devido à quantidade de votos nulos e brancos. Contudo, o MR-8 não identifica nesses dados uma vitória para as esquerdas revolucionárias, uma vez que esses votos não significariam uma identificação maciça com a sua perspectiva, embora pudesse existir certo potencial de apoio. Só se poderia trazer esse descontentamento para o lado dos revolucionários caso houvesse a realização de campanhas bem desenvolvidas de luta, identificando suas aspirações com as aspirações das classes exploradas, canalizando parte desse potencial.

Notamos aqui uma diferença quanto ao discurso da Linha política de abril de 1969. Naquele documento a organização esperava influenciar as massas com suas ações

⁶⁹Idem, p.2.

armadas – apesar de presente a vontade de realizar um trabalho político-militar, na realidade o foco seria o impulsionador das massas –, trazendo-as para a luta revolucionária. Neste, o MR-8 afirma a falta de apoio popular e a necessidade de realizar um trabalho junto ao povo, que não significa mais um trabalho armado, mas sim um que crie uma identificação entre as pautas das esquerdas armadas e as pautas populares. Assim, as derrotas e as dificuldades para com a ditadura teriam sido causadas pelo descaso em relação a muitos dos pontos tidos como essenciais no processo revolucionário. Como de praxe nas análises da esquerda revolucionária, a culpa teria sido do espontaneísmo estreito, que teria levado a revolução a vários retrocessos, assim como do imediatismo e sua falta de preparação.

Podemos perceber que o conceito de fases da revolução brasileira é mantido, assim como o de guerra revolucionária, não sendo possível enxergarmos agora uma mudança drástica nas perspectivas da organização. Inclusive, podemos ver que ela não considera ter ao menos completado os objetivos da primeira fase da revolução, como planejado em 1969: apesar de tê-los bem estabelecidos, os revolucionários teriam caído em uma série de impasses impedindo seus encaminhamentos. O agrupamento teria, então, pecado em não dar uma devida importância ao trabalho no campo, preferindo ações urbanas, apesar de estar demonstrado o seu potencial nas suas lutas espontâneas. A partir de então a meta seria encontrar formas de superar essa “falta de caráter político e ideológico” que é a subestimação da massa camponesa.

O ponto mais importante da Orientação para a prática é o debate a respeito da luta armada, em que o MR-8 se mostra como uma das primeiras organizações a propor seu recuo. Com base nos exemplos chinês e cubano, a organização compreende que a luta armada não precisa, obrigatoriamente, ser criada após a conscientização revolucionária das massas. Ela se conscientizaria no próprio processo de luta, em que escolhe, aderindo e dando forma ao desenvolvimento do poder revolucionário. Contudo, essa luta armada não pode ser compreendida de maneira puramente militarista, mas sim como um processo político em que é necessário construir politicamente ao mesmo tempo em que se age militarmente.

Apesar da luta armada já estar encaminhada, em vez de afirmar o poder revolucionário na primeira fase da revolução brasileira ela, inversamente, levou ao isolamento da vanguarda. As ações armadas serviram para angariar fundos e libertar presos políticos, enquanto impunha, momentânea e passageiramente, medidas e leis revolucionárias. O MR-8 observa que não fora capaz de uma aproximação decisiva com as massas, concretizando todas as vitórias políticas. Isso teria sido resultado da característica espontaneísta do processo de

entrada na luta armada, que não teria sabido conciliar, com as suas ações, os benefícios e os interesses da massa. O que se via era apenas a necessidade de causar derrotas à ditadura, não compreendendo que os interesses do povo na derrubada do regime passavam pela defesa e a propaganda das reivindicações materiais, como salário e condição de vida, mais imediatas. Certas ações teriam levado a confrontos desnecessários e desgastantes com a repressão e não teriam levado à aproximação com os setores considerados importantes para o avanço da revolução. A solução encontrada pela organização para esse impasse seria voltar as ações armadas para as funções ligadas aos problemas objetivos da massa, como aplicação de medidas que a beneficiassem, tanto economicamente quanto socialmente, nas áreas de influência da vanguarda, além da propaganda revolucionária.

A organização, assim, argumenta que é necessário dar um enfoque maior às questões políticas reais, saindo do nível superficial da prática para passar ao nível da interpretação da prática. Nesse sentido, o foquismo seria criticado, uma vez que ele representaria a consagração de todo o poder revolucionário à ação direta, ignorando as questões conjunturais. Esse espontaneísmo daria a visão de que a ação seria o elemento catalisador agindo sobre as massas, as trazendo para o lado dos revolucionários por si só, fazendo com que as outras formas de luta fossem mal utilizadas. A ação, ao contrário, só se concretizaria quando houvesse um sentido para tal, não sendo suficiente fazer, mas também determinar esse sentido. Daí vem a autocritica da organização, reconhecendo que, embora se falasse na importância do movimento de massas, os esforços estariam todos concentrados apenas nas mãos da vanguarda revolucionária, sendo que o desenvolvimento deste seria o que impulsionaria aquele movimento. Somente dois anos depois é que teria sido possível observar isso, já que a grande maioria das esquerdas em 1969 pensava, com a ação, ser capaz de polarizar as parcelas progressistas da massa do campo e da cidade.

-*-

Embora haja sempre a ênfase do papel histórico das massas no processo revolucionário, podemos notar que elas são consideradas os atores principais, mas não possuem a autonomia para dirigir o próprio destino. As massas trabalhadoras seriam aquelas que derrubariam o poder das classes dominantes, mas sempre ouvindo a vanguarda revolucionária, detentora do caminho correto da revolução. O foquismo, como visto pelo MR-8, dá a iniciativa revolucionária para a vanguarda comunista, esperando que as massas venham a apoiar e se juntar à luta armada após perceberem como ela estaria de acordo com seus interesses históricos.

É sempre latente o esforço na documentação de buscar moldar a consciências das massas, colocando-as no traçado correto da revolução, afastando-as dos desvios do reformismo, da enganação, da propaganda da ditadura. As massas seriam seres passivos, receptores de influência, esperando apenas que a liderança revolucionária chegue até eles e os faça agir para derrubar o sistema. Ou seja:

[...] a classe operária, embora seja apontada como vanguarda histórica da revolução, recebe “de fora” – dos comunistas – “para dentro” – a doutrina científica do marxismo-leninismo.

[...] Os comunistas aparecem, assim, como a direção – uma contra-elite – dos movimentos sociais, insuscetíveis de controle político, porque são eles que detêm a teoria que organiza e a organização que cultiva a teoria⁷⁰.

Podemos analisar essa visão a respeito do povo e da massa a partir do que Daniel Aarão Reis Filho nos apresenta em seu livro *A Revolução faltou ao encontro*. De acordo com o autor, as organizações comunistas compartilhavam alguns postulados que constituem o “marxismo-leninismo” – com contribuições vindas tanto dos clássicos de Marx e Engels quanto dos escritos de Vladimir Lênin. Entre eles está a concepção de que a revolução socialista seria inevitável, ou seja, a revolução “era um destino [grifo no original] e daí decorreria uma expectativa sempre otimista. Era uma lei natural⁷¹”. O que os militantes comunistas deveriam fazer era lutar para acelerar esse processo, pois mesmo com os seus recuos ele nunca cessaria.

Eles também acreditavam na missão revolucionária do proletariado, em que a classe que levaria à frente essa revolução inevitável seria a classe trabalhadora. Alguns teóricos discutiam, para além do protagonismo da classe operária, o papel dos camponeses no processo revolucionário. Contudo, nenhum deles teria dúvidas quanto à “missão histórica” do proletariado, mas sim diferentes ênfases quanto ao seu papel na luta revolucionária⁷². Nenhuma das organizações, também, desprezava a função que o partido de vanguarda desempenharia nesse processo histórico. Para Aarão Reis, a “teoria ocupa um lugar central” na formulação do partido, sendo as vanguardas aquelas que detêm o “domínio do futuro; e algo de decisivo, os interesses históricos da classe que redimirá a humanidade⁷³”. O Partido seria indispensável pois “é a forma suprema de organização, o instrumento privilegiado para o exercício da ditadura da classe, símbolo de sua vontade única⁷⁴”. Apesar de muitas das

⁷⁰ AARÃO REIS FILHO, op. cit., 1990, p. 135-136.

⁷¹ Idem, p. 108.

⁷² Idem, p. 112.

⁷³ Idem, p. 113.

⁷⁴ Idem, p. 114.

organizações que se separam do PCB não constituírem, a priori, um partido em si, elas mantinham uma estrutura partidária tendo em vista a futura concepção do partido de vanguarda.

Para além dessas características, a maioria das organizações também tinha outras concepções comuns: recusavam a tática pacifista para a revolução, adotando primeiramente a luta armada como forma de derrubar a ditadura; recusavam a aliança com a burguesia nacional por a identificar ligada ao imperialismo internacional; mantinham a visão etapista, embora para algumas organizações a etapa da revolução não mais fosse nacional democrática, mas sim socialista, já que o Brasil já teria um capitalismo plenamente desenvolvido.

Além disso, Aarão Reis argumenta também que elas seriam organizações constituídas majoritariamente por uma elite intelectualizada que faria os grupos se tornarem organizações de estado-maior devido à sua força e importância. Por isso, para o autor, essa crença nos pressupostos do marxismo-leninismo desencorajaria o estudo da realidade nacional, assim como o tecido social das organizações e seu caráter de elite impediriam o contato e o domínio das particularidades do contexto social das classes trabalhadoras⁷⁵. Dessa forma,

Elites intelectualizadas, com alto nível de instrução, muito jovens, do sexo masculino, residindo em algumas – e poucas – grandes cidades, formam a ampla maioria dos militantes. É de se surpreender que daí decorra reduzida experiência e conhecimento dos problemas sociais? Ou uma sensibilidade escassa às contradições do cotidiano das populações que se imagina interpretar?⁷⁶

Contudo, não podemos também ignorar o fato de que eles trazem um esforço de aproximação com o operariado, mesmo que seja para levar a revolução até eles. A vontade de realizar um trabalho de massas se mostra um diferencial do MR-8 em relação às outras organizações mais militaristas e que privilegiavam a ação revolucionária. Até mesmo sua visão sobre o foco guerrilheiro não deixa de apresentar essa tentativa de trabalho de massas ao argumentar que é necessária uma base político-militar nas classes trabalhadoras para que o foco tenha sucesso. Mas, aparentemente, pelo menos durante o período de atuação na luta armada, não passaram de tentativas e de desejo de aproximação com as massas. Como afirmou Aarão Reis em uma entrevista a Marcelo Ridenti, embora houvesse esse esforço de aproximação com o proletariado em relação às outras organizações, “a gente fazia o que eles

⁷⁵Idem, p. 182-184.

⁷⁶Idem, p. 184.

faziam e nunca conseguíamos formular uma alternativa radical a eles⁷⁷”. A organização teria, assim, uma relação de exterioridade total quanto à classe operária⁷⁸.

Mais ainda, podemos dizer que a falta de identificação da sociedade com os projetos da esquerda revolucionária tenha menos a ver com os problemas das tentativas de aproximação das esquerdas junto ao povo e mais com a identificação da população com a ditadura civil-militar. A organização parece identificar que a população apoia o regime, reconhecendo até mesmo o isolamento do movimento revolucionário, mas não considera que há uma relação entre os seus anseios daqueles do governo, pairando a ideia de que as massas são manipuladas e enganadas pela propaganda do regime.

Nesse sentido podemos adicionar essa tentativa de explicação às outras discutidas por Denise Rollemberg em seu artigo *A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974)*⁷⁹. Para ela, tentar explicar a base de apoio social da ditadura com base apenas no Milagre Econômico e nas conquistas materiais, ou que o governo possuía total controle sobre os meios de comunicação, manipulando as informações e desviando o povo dos seus interesses, estariam ligadas às dificuldades de se lidar com a questão da aceitação do regime por parcelas significativas da sociedade. O regime não se sustentou apenas na base da repressão e da tortura, que inegavelmente existiram, mas também porque existiu um apoio social significativo. A propaganda política do regime só fora eficaz porque trabalhara com valores e referências presentes na sociedade, e a censura também foi aceita pelos órgãos midiáticos, nem sempre sob a forma de imposição⁸⁰. Assim, “falar em manipulação destitui o outro de suas capacidades de fazer opções a partir de valores diferentes daquele que o julga⁸¹”.

O formato como a guerra revolucionária é apresentado também nos faz indagar como eles esperavam influenciar os movimentos de massas agindo por meio das armas. Quais seriam as chances de sucesso de um grupo isolado em um foco guerrilheiro, com pouco contato com o exterior, agindo independentemente do apoio da população ao seu redor? Além disso, quão efetivos seriam os trabalhos de propaganda armada ao angariar apoio da população? Ridenti enxerga essa relação entre os grupos armados e a população como algo

⁷⁷ RIDENTI, op. cit., 2010, p. 168.

⁷⁸ Idem, p. 169.

⁷⁹ ROLLEMBERG, Denise. *A ditadura civil-militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974)*. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 141-152.

⁸⁰ Idem, p. 150-151.

⁸¹ Idem, p. 151

distante, uma torcida exterior à luta propriamente dita e que não se constituía em um apoio: não teria havido identificação popular nem pelos repressores e nem pelos revolucionários. Um dos ex-militantes entrevistado pelo autor afirma que os grupos armados teriam feito uma “luta de classes por procuração”. Contudo, devemos nos lembrar que essa luta não pode ser feita em nome de um grupo ou classe social sem a sua efetiva participação. Isso levou a um isolamento entre a vanguarda e os trabalhadores, ao distanciamento entre o tipo de luta apresentado pelos revolucionários e as lutas possíveis para o proletariado naquele momento⁸².

Dessa forma, em um contexto de perda de bases sociais devido a esse distanciamento, e de militantes, devido à ação da repressão, a organização decide ir para o exílio no Chile, onde tem início o processo de autocrítica da luta armada e a adoção de novas táticas de atuação para levar a cabo, enfim, a tão sonhada revolução brasileira.

⁸²Idem, p. 250-251.

CAPÍTULO II – A saída da luta armada e a nova prática

O fim da Frente e a saída da luta armada

O recuo da prática armada proposto no documento Orientações para a Prática, de janeiro de 1971, como discutido no primeiro capítulo, representou um passo importante para o MR-8. Ele permitiu que houvesse uma reorganização tanto de seu modo de ação quanto da própria segurança dos seus quadros. Em um momento de aumento da repressão ao longo de 1971 e 1972 a decisão, certamente, salvou muitos militantes da morte, da prisão e da tortura. Entretanto, não podemos dizer que essa decisão significou o fim da prática armada, ou pelo menos de sua teorização, ao contrário. Por exemplo, em um documento de janeiro de 1971, da militante Cíntia, ela denomina esse recuo da organização como uma fase da guerra revolucionária chamada de “defensiva estratégica”, que teria sido levada pelo isolamento em relação às massas. Nesse momento a organização teria de reconhecer esse isolamento e reconhecer seus erros por não ter conseguido transformar a realidade. Não fugindo da lógica militarista, a militante considera que esse recuo seria necessário para a preparação de uma ofensiva quando as condições estivessem mais favoráveis. Restaria aos comunistas se prepararem melhor, evitando os espontaneísmos da ação armada, esperando o momento correto para a deflagração da sonhada guerrilha rural⁸³.

Contudo, apesar do desejo de continuação da prática armada, ela já estava nitidamente sem condições materiais de se sustentar. A repressão e a perda de militantes, sejam mortos ou exilados, já estava limitando sua eficácia. O marco principal de sua falência para o MR-8 – e de certa forma do grande conjunto das esquerdas, com exceção da guerrilha do Araguaia – tinha se dado com a morte do capitão Carlos Lamarca em 21 de setembro de 1971, que levaria consigo o sonho e as esperanças de deflagração da guerrilha rural pela esquerda revolucionária. Lamarca era um defensor das ações armadas em um momento em que muitas das organizações ou já se encontravam incapazes de realizá-las ou já estavam indo para o exílio. Retirar-se da luta armada, para Skidmore, “contrariava o caráter de Lamarca”,

⁸³ CÍNTIA. Balanço. Janeiro de 1971. Fundo Gilberto Mathias, pasta 09, Arquivo Edgard Leuenroth, p. 1-2.

preferindo ir para o sertão baiano construir uma base revolucionária e dar continuidade ao projeto guerrilheiro⁸⁴.

E, de fato, a prática armada continuou. No início de 1971, Lamarca trocou de organização, saindo da VPR – considerada por ele, segundo Skidmore, “vanguardista demais⁸⁵” – e ingressando no MR-8. A mudança de organização efetuada por Lamarca parece ter precipitado também o fim da Frente composta pelo MR-8, a ALN e a VPR, que tinha por objetivo a cooperação entre os grupamentos. Em um Comunicado interno⁸⁶, datado de 25 de setembro de 1971⁸⁷ e endereçado aos militantes no exterior, o MR-8 busca esclarecer os recentes acontecimentos da Frente.

Podemos perceber ao longo do documento uma profunda desconfiança entre os grupamentos – não só do MR-8 para com a VPR e a ALN, mas principalmente desses últimos com as práticas do primeiro. No exterior, o MR-8 diz que a Frente não teria conseguido buscar objetivos comuns, o que teria acarretado sua desintegração. Os erros que haviam cometido teriam origem na desinformação sobre a realidade brasileira e pelo estado de desligamento em que se encontravam a maioria dos seus militantes. As falhas seriam, portanto, a idealização da situação da Frente no Brasil; a falta de integração entre as organizações; a perda da iniciativa política, ficando a reboque de uma Frente burocratizada; o envolvimento no “disse-me-disse”, ou seja, em boatos e intrigas; e, por fim, pouca ênfase dada à luta contra o que seria o sectarismo e o baluartismo.

Esse quadro teria sido agravado pela denúncia, por parte de militantes da VPR localizados no Chile, de que o MR-8 teria divulgado alguns de seus documentos internos no exterior. Mais ainda, a circulação desses documentos visava, para a VPR, “desmoralizar uma organização combatente”. O MR-8 argumenta que, ao contrário, dois dos documentos citados pelos militantes não foram feitos para circulação interna, mas sim elaborados por decisão da Frente no Brasil. Além disso, a afirmação de desmoralização teria origens na falta de informação por parte desse grupo e, também, no sectarismo pré-concebido, como podemos perceber nas citações a seguir:

Desmoralizar como? É ou não é a posição dos companheiros? Foi ou não foi definido para ser distribuído entre as organizações? Ou os companheiros pensam

⁸⁴ SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 241.

⁸⁵Ibidem.

⁸⁶Comunicado, 25 de setembro de 1971. Fundo Gilberto Mathias, pasta 10, Arquivo Edgard Leuenroth.

⁸⁷ Apesar da data ser próxima à da morte de Carlos Lamarca, consideramos que os militantes ainda não teriam tido notícias – ou se tivessem, estariam analisando sua veracidade –, uma vez que não há uma discussão no documento sobre ela, mas sim sobre o seu desligamento da VPR.

que fizemos uma ação armada para obter os documentos? Falta seriedade nas afirmações dos companheiros⁸⁸.

Os documentos a respeito de membros que mudam de organização seriam, então, para discussão entre determinados militantes do MR-8, não para serem debatidos no seio da Frente, uma vez que

(...) eles não estão sendo distribuídos extensivamente e muito menos com o fito de abrir contato, visando prática futura. Primeiro que isso não é método de prática por nós utilizado, pois sabemos de há muito que não se cresce conscientemente em cima dos erros dos outros, mas sim dos acertos de nossa prática⁸⁹.

E, enfim, sobre estarem passando uma determinada imagem da VPR e tendo por objetivo desmoralizar a organização, o MR-8 diz que

Não sabemos donde os companheiros tiraram essa afirmação. Entretanto esclarecemos que a imagem determinada é fruto da experiência concreta de ex-militantes dessa organização. Os documentos não julgam a organização, a dedicação dos seus militantes, o seu passado etc..., mas, julgam sim, uma tendência política, um método de prática, uma postura ideológica e isso a prática esclarecerá⁹⁰.

Em mais uma dura afirmação, a organização diz que essas colocações feitas pela VPR

(...) é conversa de imprensa burguesa e de quem é cego para perceber dificuldades e por isso mesmo tem medo de encará-las realisticamente, combatendo-o se for incorreta a crítica e transformando a realidade se a crítica for correta. O que não se pode é fechar os olhos achando que sempre acerta⁹¹.

A VPR teria acusado o MR-8, nesse processo de desmoralização, de atrapalhar os avanços da esquerda e, assim, servir “brilantemente aos objetivos da ditadura⁹²”. Por isso, eles exigiam que o grupamento se autocriticasse e, além disso, que a Frente realizasse uma condenação formal dessa prática, alertando ainda que estaria em contato com a direção no Brasil para tomar essas decisões. O MR-8 rebate dizendo que quem serviria à ditadura seria a VPR por agir de má-fé e, ainda, teria dúvidas quanto ao Comando no Brasil dizer que o rompimento de Lamarca tenha se dado de outra forma ou negar que tenha passado os documentos.

Assim, a organização exige que haja uma maior reflexão por parte dos militantes da VPR, para que busquem a verdade e não se apeguem a suposições para formar juízo, não concordando, assim, com as críticas feitas. Afirma ainda a necessidade da Frente, defendendo a sua existência. Preservação esta que passaria pelo rompimento do MR-8 com ela. Não há no

⁸⁸Comunicado, op. cit. 25 de setembro de 1971, p. 4.

⁸⁹Idem, p. 6.

⁹⁰Ibidem.

⁹¹Ibidem.

⁹²Idem, p. 7.

documento menção à uma saída definitiva, mas o MR-8 exige que, para seu retorno, seja feita uma autocrítica por parte daqueles que fazem “acusações levianas de oportunistas e sem princípios revolucionários”⁹³ – se referindo à ALN que também teria lançado um documento criticando a organização.

Dessa forma, em uma discussão em que, aparentemente, emergem velhos conflitos e divergências entre as organizações, além de um receio quanto à saída de Lamarca, notamos a fragmentação da Frente ALN-MR-8-VPR. O MR-8, nesse caso, teria decidido se manter afastado da Frente no Chile até que as outras organizações efetuassem processos internos de crítica e autocrítica, e se dispusessem a construir um relacionamento revolucionário com base em uma prática e discussão conjuntas. Ainda assim há a defesa da unidade das esquerdas revolucionárias, sendo a Frente o instrumento de sua concretização. Instrumento esse que, alertam, sem um mínimo de seriedade e princípios pode também vir a se degenerar, o que teria ocorrido nessa tentativa. Com isso há, de fato, o fim da cooperação entre as organizações na Frente e, poucos meses depois, podemos perceber uma nova guinada do MR-8 rumo à sua autocrítica.

Em um momento de crise em que as esquerdas revolucionárias estavam passando, de fato, a cooperação e a prática conjunta entre organizações dilaceradas pela repressão teria se tornado uma tentativa de sobreviver, em uma “lógica de sobrevivência” – nos moldes do que descreve Marcelo Ridenti⁹⁴–, mesmo que o discurso revolucionário não deixe expressar isso.

Nos meses posteriores à morte de Lamarca podemos notar que os documentos da Direção Geral do MR-8 começam a falar em “período transicional”, e passam a criticar mais veementemente as práticas tidas como vanguardistas, espontaneístas, além de um combate ao que teria sido o culpado pelas falhas da organização, o militarismo. Seu avanço agora seria considerado como resultante de uma má base de princípios dos quadros⁹⁵. De certa forma, está colocando a culpa nos militantes, na mesma tendência do que Aarão Reis chama de “complexo da dívida”: o militante, incorrendo em erros, teria faltado com o partido ou a organização, devendo um acerto de contas, uma autocrítica⁹⁶. Essa crítica ao militarismo traz também, dessa forma, uma crítica geral aos posicionamentos de 1969 e de 1971, que previam um horizonte revolucionário em que a luta armada imediata seria indispensável.

⁹³Ibidem.

⁹⁴ RIDENTI, op. cit., 2010, p. 255.

⁹⁵Boletim Central. Nº1, s.d. Fundo Gilberto Mathias, pasta 09, Arquivo Edgard Leuenroth, p. 1.

⁹⁶ AARÃO REIS FILHO, op. cit., 1990, p. 119.

O racha de novembro de 1972

Em busca de uma nova forma de ação a Direção Geral lança mão de certos instrumentos como, por exemplo, os chamados Boletins Centrais, que seriam panfletos de circulação interna que trariam as posições oficiais e que contribuiriam para a formação dos quadros. Ou, em outras palavras, eles seriam necessários para lutar contra a “ideologia pequeno-burguesa e o espontaneísmo⁹⁷”, tidos como os desvios mais importantes no momento, além de tentar criar uma coesão político-ideológica na organização.

No primeiro Boletim Central podemos perceber críticas à Orientação para a prática, identificando no documento elementos vanguardistas e, principalmente, que a autocrítica ao militarismo havia sido feita apenas parcialmente. A tendência militarista da organização seria resultado do afastamento do proletariado em relação ao movimento revolucionário e, como consequência, a teoria não teria tido a devida importância. O militarismo seria, portanto, a expressão do culto da espontaneidade, do ímpeto da ação irresponsável sem uma reflexão prévia. Para que fosse possível a transformação da organização, como propõe a Direção Geral, seria necessário combater essa forma de atuação que não estaria comprometida político-ideologicamente com a organização. Em suma, de acordo com as posições do Boletim Central, os erros e as derrotas só se tornaram possíveis devido a uma falta de conhecimento teórico por parte dos comunistas, o que levou ao espontaneísmo e, por fim, a uma predominância do militarismo em sua prática.

Uma mudança significativa em relação às posições adotadas até 1971 é a relação entre a organização e o proletariado. Abandona-se a ideia de que o movimento guerrilheiro, por suas ações e por seus exemplos, irá angariar o apoio das massas exploradas e trazê-las à luta. Agora, a organização deveria se concentrar em exercer um trabalho de massas junto aos trabalhadores, no que é chamado de “penetração na classe operária”, visando, com isso, a formação e a assimilação de suas lideranças representativas. A linha política da organização, dessa forma, deveria possuir traços de uma Linha de Massas para conduzir a luta de classes, se afastando dos desvios pequeno-burgueses que praguejavam a atuação.

Por fim, o Boletim Central defende que um Pleno, com caráter consultivo, deva ser preparado para que a organização adote novas posições e que, além disso, se avance a transformação pela qual ela se encontra. Esse processo deveria ser construído em torno de

⁹⁷Boletim Central. op. cit., s.d., p. 1.

uma coesão na sua base de militância, sendo uma tarefa da Direção Geral as atividades que desenvolveriam essa harmonia político-ideológica. Seu objetivo, afinal, seria impedir o desmembramento da organização. Um temor que, de certa maneira, é presente em diversos momentos de crise das mais diferentes organizações.

De fato, essa escolha de recuar da luta armada – ou até mesmo abandoná-la – não foi uma decisão unânime nas fileiras da organização. Podemos dizer isso ao analisarmos uma carta endereçada à Direção Geral, escrita por uma militante não identificada, em que ela justifica sua saída da organização devido à sua discordância com as novas posições da organização, da negação de uma concepção de luta que nega a luta armada, uma superestimação da prática operária em contraposição à prática no campo, e o que ela chama de desvio “teoricista” e “intelectualista”. Ela aproveita também para criticar a diluição ideológica causada aos militantes pelo tempo em que eles estão no exílio, em desconexão com a realidade brasileira. Essa carta é um exemplo do descontentamento de certos setores da organização para com as novas posições adotadas ao logo de 1972. Descontentamento esse que culminaria no racha da organização em novembro de 1972.

No início desse mês circula entre os quadros do MR-8 um documento intitulado Evitar a diluição⁹⁸, escrito no dia 4 sem autor definido. Ele trata de uma denúncia feita em uma assembleia sobre um “processo de discussão paralelo” ocorrendo na organização, em que a Direção Geral estaria intimamente envolvida. O que colaboraria para a denúncia seriam atas das reuniões realizadas entre os membros da Direção Geral com dois quadros sob o pretexto de escreverem o terceiro Boletim Central, no que os acusadores argumentam que eram desculpas para cooptá-los para a formação de uma fração. Seria de fato uma fração, uma vez que não seria um direito orgânico aos militantes do MR-8 a formação de tendências e, além disso, estas não possuiriam caráter secreto em nenhuma outra organização. O que sustentaria a tese da formação de uma fração, portanto, seria um trecho da ata da reunião citada em que um dos membros da Direção Geral teria pedido para que a “tendência” não fosse divulgada, procurando evitar a formação de outras tendências. O que o documento pede, assim, é que os membros envolvidos realizem uma autocrítica frente às bases, além de exigirem a dissolução da fração e a renúncia às suas posições na Direção Geral, sendo necessária a formação de uma direção temporária que conduziria o processo de transformação da organização.

⁹⁸Evitar a diluição. 4 de novembro de 1972. Fundo Gilberto Mathias, pasta 10, Arquivo Edgard Leuenroth.

Alguns dias depois, no dia 9, um outro documento⁹⁹ é lançado, desta vez pela Direção Geral, em resposta às acusações proferidas no dia 4 na assembleia. Esse documento traz um resumo dos acontecimentos dos últimos dias, juntamente com as decisões tomadas em direção à realização do Pleno. Primeiramente, a Direção Geral argumenta que, para que o Pleno consiga com sucesso transformar a organização, seria necessário que todos os militantes estivessem comprometidos e o considerassem válido para caracterizar as posições majoritárias e as minoritárias. Com isso, ele seria um instrumento democrático com poder deliberativo, e sem essas características a luta política daria lugar ao oportunismo e, finalmente, ao golpe. Apontando as mudanças, o documento diz que o MR-8 estaria deixando de ser uma organização militarista, centrista, diluída e pequeno-burguesa para se tornar uma organização posicionada, profissional, coesa e proletária, sendo o avanço da proletarização realizado em detrimento do militarismo e do espontaneísmo.

A partir disso a Direção Geral passa a falar da crise pela qual passava a organização, iniciada no dia 4. Ela confirma a versão divulgada no Evitar a diluição, de que houve uma assembleia denunciando uma fração, e também comenta as decisões tomadas para punir os fracionistas. Contudo, argumenta que essas diretrizes foram tiradas fora dos canais orgânicos da organização, fazendo dessa Assembleia Geral uma reunião ilegal e tratando dos que dela participaram como golpistas. A confirmação da tese de golpe seria dada pois um dia após essa assembleia as outras organizações já teriam sido avisadas da existência de uma fração no MR-8 e da destituição da Direção Geral. Enquanto isso, ao mesmo tempo, clamavam por uma Assembleia Geral para decidir sobre o que fazer sobre o que já havia sido decidido.

A Direção Geral decide, dessa forma, convocar uma Assembleia Geral para discutir a crise e convoca, também, os militantes que foram acusados de serem cooptados para a fração para discutir suas anotações. Segundo o documento, diferentemente da primeira assembleia, em que as deliberações foram decididas por uma minoria dos membros, a convocada pela Direção Geral teria tido o comparecimento da maioria dos membros da organização e, além disso, teria dado direitos iguais a todos os participantes. Mesmo assim, dois militantes se proclamam membros da direção provisória e tentam passar algumas preliminares sem sucesso, já que a assembleia decide discutir a existência de duas tendências políticas no interior da organização.

⁹⁹Combater radicalmente a diluição. 7 de novembro de 1972. Fundo Gilberto Mathias, pasta 10, Arquivo Edgard Leuenroth.

Daí saem dois grupos, segundo os autores do documento: um que está preocupado em discutir os temas da Assembleia Geral e o outro, antagonico, que ia contra as deliberações da Direção Geral. Desse antagonismo, o documento afirma, também se apresentaria dois projetos de organização: de um lado, um que buscava a autocritica radical e a proletarianização do MR-8, teria uma posição e uma táticas claras, que teriam por objetivo a reconstrução da organização no rumo da futura construção do partido; por outro, um projeto eclético, centrista, que buscasse a conciliação interna das divergências, e a reconstrução orgânica e burocrática, sem posições nem princípios políticos claros. Uma dualidade, que podemos dizer, entra nos moldes da clássica entre o “novo e o velho”, e entre o “bem e o mal”.

Em uma crítica ao modo como a outra facção deliberou na assembleia do dia 4, a Direção Geral diz que a luta política é um sinônimo da vitalidade da organização. Contudo, isso deve ser feito de maneira aberta, já que tentar esvaziar os debates é uma tática que, com certeza, sairia derrotada. Ainda há uma observação: a luta pelo poder na organização seria um dever, mas somente quando se há uma alternativa de poder na qual se deve criar uma coesão na organização. Caso contrário, há a contribuição para a sua diluição, enfraquecendo o movimento comunista. Dessa forma, o documento afirma que os golpistas não possuem nenhuma alternativa de poder, buscando apenas a desintegração da organização. Sua tentativa de golpe seria derivada do oportunismo político e da tática guerrilheira da luta interna e, ademais, não teria sido um processo meticulosamente calculado uma vez que já se encontraria desarticulado.

Assim, a assembleia decide votar sobre o que fazer com os membros que tentaram tomar o poder no MR-8. Sobre eles caíram as acusações de tentarem transformar a correlação de forças para o Pleno, que afirmaria a tendência majoritária da organização, além de terem agido ilegalmente ao roubar e copiar os cadernos de atas da Direção Geral e formarem um poder paralelo. Por fim, a acusação da formação de uma fração se inverteu: ao se definir como “direção provisória”, os militantes estariam buscando a divisão da organização e, dessa forma, se constituíam como uma fração eles próprios.

Seria uma missão, portanto, isolar e depurar o golpismo, não só no interior do MR-8, mas também no amplo conjunto das esquerdas. Para isso, a Assembleia Geral delibera, a fim de punir os dissidentes: a expulsão de dois militantes e o desligamento de outros quatro (perda de direitos políticos e de atuação em grupos de trabalho). Mais ainda, esses fatos deveriam ser tornados públicos para as outras organizações, tanto para preservá-las quanto para prevenir a ruína de todo o movimento comunista. O que não deixa de ser curioso e

alarmante sobre a situação das esquerdas no período, sendo válido repetir: a ruína é evitada pela punição de seis militantes, exibindo a fragilidade e a fraqueza em que a organização se encontrava.

Mesmo assim, o racha foi o divisor de águas da organização: os dissidentes se reuniram no MR-8/CP (Construção Partidária), enquanto a direção constituiu o MR-8/DG (Direção Geral). O primeiro grupamento se dissolveu após o golpe militar no Chile, enquanto a DG se reuniu e realizou o tão aguardado Pleno¹⁰⁰.

O pleno de dezembro de 1972 e a nova prática

Sendo assim, o caminho estava aberto para a realização do Pleno em dezembro de 1972. Esse Pleno, que viria a consolidar a base política de atuação do MR-8 para os anos seguintes, é de fato o marco da saída da luta armada. Nele, são definidos alguns princípios básicos da revolução socialista, reafirmando as proposições destacadas anteriormente no primeiro capítulo.

No documento Resoluções Políticas do Pleno de dezembro de 1972¹⁰¹, o MR-8 realiza sua autocrítica do período da luta armada, identificando falhas táticas no rompimento com o reformismo do PCB. Em vez de organizar a resistência dos trabalhadores, a organização teria se concentrado em uma resistência dos militantes. A luta armada teria por objetivo romper o impasse dos movimentos de 1968, rompendo a correlação de forças. Mas, ao contrário, enquanto o movimento de massas estava forte o militarismo estaria em baixa, se invertendo essa situação com o seu refluxo e acelerando a adoção do vanguardismo-militarismo. O refluxo, assim, se tornaria um “novo ascenso [sic] como produto de interferência direta dos grupos de vanguarda na luta, através da ação armada¹⁰²”.

O Pleno mantém a tese de que o Brasil é um país capitalista, sendo o Estado brasileiro o instrumento da dominação política da burguesia industrial e financeira, em aliança com a burguesia agrária-fundiária, sendo que a hegemonia no controle do aparato estatal estaria, assim, nas mãos do primeiro setor. A superação da crise da sociedade brasileira, dessa forma, para a organização, só seria superada através de transformações revolucionárias de caráter socialista. O proletariado seria, então, a força hegemônica e principal da Revolução

¹⁰⁰ CAMURÇA, AARÃO REIS, op. cit., 2007, p. 138.

¹⁰¹ MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. Resoluções políticas do Pleno. Dezembro de 1972. Coleção particular Daniel Aarão Reis Filho, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁰² Idem, p. 13.

Brasileira, pois seria a única classe interessada em levá-la até seus objetivos mais elevados. Ele não seria apenas a classe dirigente, mas também a força social cuja ação seria a responsável pelo sucesso da Revolução. Contudo, para seu sucesso seria necessária a formação de frentes populares compostas pelo proletariado, o campesinato e as camadas médias empobrecidas. Dessa maneira, a única forma de se derrubar as classes dominantes seria por meio da luta armada, sendo necessário para isso a formação de um partido em torno do programa e da estratégia socialistas para garantir a hegemonia do proletariado.

Sendo assim, a autocrítica inicial teria sido feita sob os marcos do militarismo, apontando problemas logísticos e de planejamento para as derrotas. Seria necessário o surgimento de uma derrota aguda para que essa autocrítica rompesse esses limites e, sob uma alternativa acertada, pudesse alterar a situação de debilidade em que se encontraria o movimento comunista. A organização argumenta que a luta armada não é um problema, estando circunscrita nos ideais do marxismo. O problema seria o militarismo, tido como uma das expressões possíveis do espontaneísmo, e teria feito parte do processo de rompimento com o reformismo, sendo um resultado da crise de direção revolucionária que teria surgido com o golpe de 1964.

Devido à baixa consciência de classe do operariado – em parte causada pelo abandono dos comunistas ao aderirem à luta armada – seria necessário agora que os comunistas trabalhassem para educar e organizar as massas, melhorando assim sua consciência. Somente com a atuação dos comunistas, em torno de uma alternativa proletária, é que seria possível superar o reformismo e o esquerdismo militarista. Assim, enquanto essa alternativa não se fortalecer o militarismo e o reformismo continuarão a rondar pelo movimento comunista.

Dessa forma, é nesse documento em que, oficialmente, a organização rechaça a tática de luta armada imediata e passa a falar na importância das lutas democráticas. Elas teriam por objetivo justamente criar a consciência das massas para prepará-las a revolução, ou seja, não se limitando a desestabilizar a ditadura e conquistar a democracia, mas educando as massas para que elas percebam os limites dessa luta, a despertando a pautas mais globais. Por isso não seria um problema formar uma Frente com a pequena-burguesia para desestabilizar o governo militar e deter o avanço das forças reacionárias, pois seria de seu interesse canalizar as contradições da sociedade em uma luta contra a ditadura.

As tarefas dos comunistas seriam, portanto, se autocriticar quanto aos erros cometidos no passado; gestar o programa socialista, que possuiria a tática e a estratégia do proletariado; construir o seu partido de vanguarda; reorganizar o movimento revolucionário; e, por fim, penetrar na classe operária para, assim, conduzir suas lutas, afastando-os do reformismo e organizando a sua resistência contra a ditadura. Mas a mais importante, de fato, seria a construção do partido tendo por objetivo acabar com a crise de direção do movimento comunista, já que somente ele seria capaz de guiar as massas para que elas interfiram decisivamente na conjuntura.

Sendo assim, consideramos que a mudança mais significativa da linha da organização tenha se dado na relação com as massas. O trabalho de massas era visto, no período em que o MR-8 praticava a luta armada, como secundário em relação à criação do foco guerrilheiro. Ele era tido como necessário para deflagrar a guerrilha, mas, na prática, a prioridade foi dada às ações armadas como forma de dar o exemplo aos trabalhadores, para que eles vissem que era possível lutar pela sua emancipação. Ao contrário, a falta de contato teria afastado os guerrilheiros daqueles que eles deveriam representar e, além disso, as ações armadas não colaboraram como o planejado para fazer essa ligação.

A mudança na abordagem para com as massas trabalhadoras, portanto, foi essencial para que a organização repensasse a sua abordagem como um todo. Um instrumento importante para a divulgação da nova prática política foi a revista *Brasil Socialista*, periódico publicado na França e que teve a participação, além do MR-8, da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), da Política Operária (PO), e de outros grupamentos de esquerda latino-americanos, como os *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) chileno e boliviano. Em seu primeiro editorial¹⁰³ a revista declara estar a serviço da construção e do aprofundamento da linha política da tendência proletária da esquerda brasileira, ou seja, busca construir uma alternativa revolucionária para a classe operária e o povo brasileiro, direcionando as lutas dos trabalhadores contra a ditadura militar e a chamada superexploração.

O editorial reafirma o discurso revolucionário de que a violência é um instrumento imprescindível para a revolução. Essa violência organizada das massas – distinção feita provavelmente para não se confundir com aquela pregada pelas vanguardas anteriormente, tida agora como espontaneísta e vanguardista – seria mandatória para quebrar a violência reacionária organizada do Estado, sendo a luta armada a forma fundamental de

¹⁰³ Editorial. *Brasil Socialista*. 1 (1), janeiro 1975, p. 1-3.

luta para a tomada do poder. Repetindo o jargão, a revista afirma que a “Revolução Brasileira é socialista ou não é revolução¹⁰⁴”.

Seria uma necessidade para o movimento comunista, portanto, organizar a resistência dos trabalhadores contra a ditadura militar, convergindo suas lutas, seja as de caráter econômico ou político, contra o regime. Já o objetivo imediato da vanguarda seria “educar as massas para a necessidade de que elas resistam¹⁰⁵”, para que defendam os seus interesses e recuperem a confiança em sua capacidade de luta, acumulando forças para poder passar à ofensiva. Sendo assim, a ação, a organização e a violência dos trabalhadores seriam decisivos para a derrubada da ditadura militar.

Essas posições podem parecer, de certa forma, limitadas e insuficientes para considerarmos uma mudança na forma de agir do MR-8. Entretanto, foram o bastante para que o editorial tivesse de avisar que esses objetivos não estariam afastados dos objetivos da Revolução Socialista. Ao contrário, eles contribuiriam para que fosse possível forjar as forças sociais capazes de conduzir a sociedade para a Revolução. Cabe lembrar que, embora a maioria das organizações estivesse incapaz de praticar a luta armada, não a defender parecia ceder ao reformismo, ou até mesmo desonrar a memória e a luta daqueles presos e mortos em combate à ditadura, como argumenta Ridenti¹⁰⁶.

A necessidade imediata de uma aproximação com as massas, de ter de educá-las nos caminhos corretos da revolução, já demonstra um avanço em relação ao adesismo que essas massas teriam à proposta encarnada no foquismo. A perspectiva do uso da violência revolucionária permanece, mas se daria, assim, após um trabalho de massas que recuperasse as forças e a autoconfiança do proletariado.

Para atingir esse objetivo o MR-8 publica, também no primeiro número da *Brasil Socialista*, um artigo chamado “Nossas tarefas atuais no movimento operário”¹⁰⁷, escrito em janeiro de 1974, em que apresenta as suas futuras tarefas e que exemplifica bem qual a proposta trazida pela revista e a nova atuação da organização. Devendo as posições atuais de acordo com aquelas definidas no Pleno de 1972, o grupamento argumenta ser uma tarefa central formar o Partido para que, assim, fosse possível mais corretamente guiar as massas. A

¹⁰⁴Idem, p. 2.

¹⁰⁵Idem, p. 3.

¹⁰⁶RIDENTI, op. cit., 2010, p. 247.

¹⁰⁷MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO. Nossas tarefas atuais no movimento operário. *Brasil Socialista*, op. cit., janeiro 1975, 15-34.

sua inexistência se devia tanto à influência do reformismo quanto, em uma autocrítica, à entrada das esquerdas na luta armada.

No processo de crítica ao reformismo ocorrido após o golpe, o que teria ocorrido seria sua negação parcial e uma incapacidade de se adotar uma linha política ligada às massas. Em vez de ter organizado a resistência dos trabalhadores o que se viu foi tentativa de resistência armada direta, o que precipitou o abandono das massas, além do aniquilamento de grandes parcelas das esquerdas. Dessa forma, seria patente a falta de uma vanguarda que unificasse e dirigisse a atividade das massas.

Portanto, reafirmando os postulados nas Resoluções, o MR-8 defende que, para que fosse possível a construção do Partido, seria necessário defender três pilares: a gestação de um programa socialista; a união da tendência proletária da esquerda; e a penetração e a construção de bases partidárias no proletariado e nas demais classes. Esse último ponto seria agora considerado o central e o mais urgente para o grupamento, uma vez que, para vencer suas debilidades, se considerava necessária a vinculação às massas. Não seria possível, pois, aplicar a tática de organização da resistência dos trabalhadores se não se penetrasse na classe operária e guiasse as suas lutas de acordo com as concepções da vanguarda.

Além disso, a construção partidária também precisaria dessa vinculação, já que os elementos mais avançados da classe, ou seja, os que possuíssem maiores níveis de consciência e que fossem mais ativos, precisariam ser organizados para criar as bases do Partido. Eles seriam encontrados em meio aos trabalhadores especializados e semiespecializados, que teriam maior estabilidade e poder de barganha, e possuiriam as camadas mais cultas da classe operária, mais sensíveis e preocupadas com as questões políticas. Em outras palavras, podemos ver que a organização procura encontrar o operário ideal, estável, com consciência de classe, só necessitando da educação trazida pela vanguarda para se tornar de fato um revolucionário. Busca, de fato, criar um grupo de elite que seria o núcleo duro do Partido.

De imediato, ao analisarmos tanto o editorial quanto o artigo, já podemos perceber uma característica vinda dos clássicos do marxismo-leninismo, defendida pelas esquerdas revolucionárias, que não mudou. Trata-se da crença de que o movimento operário necessita da direção de uma vanguarda esclarecida politicamente. Sem essa tutela, o movimento dos trabalhadores não saberia para onde ir, reivindicando pautas que não condizem com a sua missão histórica, ou mesmo sendo enganados pela burguesia.

No artigo é nítida essa tese de que o proletariado estava sendo enganado. Ele defende que os trabalhadores brasileiros são superexplorados, ou seja, devido à fraqueza do movimento operário a burguesia, via utilização do arrocho salarial e do aumento de preços, causou a deterioração das condições de vida e de trabalho e a vida dos operários ficou em risco. Essa exploração seria garantida por uma “selvagem repressão política”, pela ação dos serviços de informações nas fabricas, além do impedimento do direito de manifestação e da perseguição das lideranças, visando principalmente atomizar a classe operária, evitando que “cumpra seu papel histórico de vanguarda da classe dirigente da Revolução Brasileira¹⁰⁸”.

O descontentamento quanto à sua situação existiria. Contudo, o artigo afirma, a maioria da classe não chega a entender a origem de sua situação e não detecta quem seriam os responsáveis por ela. Assim, o descontentamento seria dirigido a fatores tidos como desconhecidos e secundários, não se tornando, ainda, em vontade e ações coletivas. Contribuiria para esse cenário a debilidade organizativa do movimento causada pela falta de uma estrutura de organização independente do controle da burguesia. Além de, é claro, a falta de uma direção política revolucionária, que compreendesse “cientificamente a realidade¹⁰⁹” e tivesse força política necessária para difundir suas orientações e influenciar decisivamente o curso do movimento.

Dessa maneira, a atividade permanente dos comunistas no interior da classe operária seria, para a organização, se unir estreitamente a ela, dirigindo as suas lutas, a mobilizando, organizando e elevando sua consciência. Seria necessário levar as lutas em caráter defensivo, acumulando forças e enfraquecendo a dominação de classe, se ligando às manifestações dos trabalhadores e as dirigindo contra a ditadura. A tarefa seria, portanto, transformar as manifestações de resistência espontâneas em uma resistência ativa, direcionada e unificada. Com isso seriam criadas as condições do proletariado ingressar na arena política como uma força independente, assumindo seu papel de vanguarda no processo de derrubada da ditadura.

Para tanto, o artigo enumera algumas pautas que fariam parte do Programa de Resistência, que seria o ponto de partida das atuais lutas operárias. Para além da defesa pela melhoria salarial, de estabilidade no trabalho e das condições de vida, e o sonhado fim da dominação imperialista, esse programa defenderia, em especial destaque para este estudo, dois pontos: a luta pela liberdade de organização e manifestação, com realce à liberdade

¹⁰⁸Idem, p. 22.

¹⁰⁹Ibidem.

sindical, ao direito de greve, à liberdade de imprensa, e a liberdade de filiação partidária; e a luta contra a ditadura militar, via revogação do AI-5, punição para os torturadores e responsáveis por assassinatos de presos políticos, anistia total e irrestrita para os acusados de crimes políticos e eleições diretas.

É interessante pois mantêm-se algumas das propostas já feitas anteriormente quanto aos rumos que um governo revolucionário deveria tomar. Por exemplo, quando na Orientação para a prática a organização defende que o povo possa escolher diretamente seus representantes, assegura a liberdade de imprensa¹¹⁰, etc. A novidade consiste de duas coisas: a primeira, a anistia começa a aparecer como tema de combate contra a ditadura. Não que ela vá se tornar, pelo menos de 1974 até 1975, um tema central como se tornou após 1978, mas é importante notar que a organização vê que a denúncia dos aparatos repressivos do Estado pode ser um tema de mobilização e uma arma contra a ditadura.

Em segundo lugar, diferentemente do que é sustentado na Orientação, o Programa de Resistência é para ser defendido pelos trabalhadores, após um trabalho de massas junto ao operariado. Anteriormente, os comunistas, durante a prática armada, defenderiam aquelas bandeiras e fariam propaganda por ela, buscando, com isso, atraí-los. A mudança de foco – os trabalhadores como protagonistas (moldados pela vanguarda, porém não menos protagonistas) no lugar de uma vanguarda armada – já demonstra perfeitamente a diferente prática da organização e é um passo importante na confirmação da bandeira de luta pelas liberdades democráticas após os resultados das eleições de 1974.

¹¹⁰ MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO, op. cit., janeiro de 1971, p. 43-44.

CAPÍTULO III – A defesa das liberdades democráticas

As liberdades democráticas e as eleições de 1974

Para o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva¹¹¹, o projeto de abertura do regime proposto pelos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva procurava organizar a constitucionalização do país, tendo como meta uma distensão lenta, gradual e segura. Para ele, isso se tratava de uma volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda possuía condições de fazê-la. Para tanto, seriam necessárias algumas garantias para assegurar a ordem:

O projeto de abertura, assim elaborado, deveria claramente comportar garantias básicas para o regime: evitar o retorno de pessoas, instituições e partidos anteriores a 1964; proceder-se um tempo longo – seu caráter lento –, de mais de dez anos, o que implicaria a escolha ainda segura do sucessor do próprio Geisel e a incorporação a uma nova constituição – que não deveria de maneira alguma ser fruto de uma constituinte – das chamadas salvaguardas do regime, as medidas necessárias para manter no futuro uma determinada ordem, sem o recurso à quebra da constitucionalidade¹¹².

Com isso, o autor afirma, se poderia perceber que o projeto de abertura representava um retorno ao Estado de Direito, à reconstitucionalização do regime, mas não exatamente a redemocratização do país. Sendo assim, para os militares, a oposição representaria um “estorvo aos seus objetivos”, fazendo com que eles tenham de manobrar entre os grupos militares que resistiam a mudanças e aos opositores, que desejavam um maior ritmo no processo de abertura.

A esse processo a organização chama de “institucionalização”, e é um grande tema de discussão ao longo dos números da *Brasil Socialista*. Também, as eleições de 1974 são um marco importante para analisarmos o comprometimento do MR-8 com a bandeira da luta pelas liberdades democráticas. O editorial do segundo número da revista *Brasil Socialista*¹¹³ considera que os resultados das eleições seriam o sintoma de uma nova situação política no país: haveria a existência de contradições entre os setores da burguesia, causadas pela crise econômica, enfraquecendo o centro de poder da ditadura; novos setores sociais estariam se deslocando para a oposição ao regime, com uma generalização do

¹¹¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 243-282.

¹¹²Idem, p. 262-263.

¹¹³*Brasil Socialista*. 1 (2), abril 1975.

descontentamento operário e popular; e uma reanimação do movimento de massas, em refluxo desde 1968.

A votação no MDB em bairros populares não seria, para o órgão, como uma demonstração de apoio ao partido, mas sim um sintoma da generalização do descontentamento. Uma conjuntura como essa, portanto, seria favorável para as lutas da classe operária e do povo, e serviria bem para a organização da resistência à ditadura militar e para a reconstrução das esquerdas revolucionárias em torno da perspectiva proletária. Contudo, deveria se ter em mente que o movimento de massas ainda estaria se recompondo, sendo a burguesia a detentora, sem mudanças, da iniciativa política.

Um setor importante dessa classe, a burguesia industrial e financeira, tentando reorganizar o bloco dominante da ditadura em torno de si, passaria a defender o processo de institucionalização da ditadura militar, uma descompressão gradual. Aí tem início a discussão na sociedade sobre a redemocratização, e até mesmo um retorno à constituição de 1946. Assim, a revista identifica que seria em setores da pequena-burguesia que essa bandeira da redemocratização seria mais forte.

Contudo, para o editorial não interessaria ao proletariado nem a institucionalização da ditadura e nem lutar pelas liberdades democráticas para se atingir somente a redemocratização. Seu interesse, ao contrário, estaria em vincular essas lutas com o combate pela derrubada da ditadura militar e a liquidação de suas bases de sustentação. Seria um objetivo das esquerdas revolucionárias tirar a média burguesia como o centro da oposição, substituindo-a pelo proletariado, além de atrair a pequena-burguesia democrática e levando-a a ultrapassar os marcos da “redemocratização”, unindo o conjunto das massas trabalhadoras em torno da classe operária, na luta pelas liberdades democráticas e em defesa de uma melhora de seus níveis de vida.

A visão etapista ainda pode ser identificada nessa nova concepção de luta, mesmo que seja diferente da apresentada anteriormente. Em vez do país precisar passar por uma revolução burguesa para vencer o feudalismo, para depois sofrer uma revolução proletária rumo ao socialismo, agora a luta pelas liberdades democráticas seria necessária para minar as bases da ditadura para derrubá-la, abrindo um espaço político para que a consciência da classe trabalhadora pudesse ser desenvolvida, tornando possível marchar rumo à revolução socialista. Mas, diferentemente dessa concepção anterior, o processo todo estaria ligado à própria evolução da organização e da consciência da classe operária.

O processo eleitoral de novembro de 1974 mereceu um artigo dedicado à sua análise na revista. Um dos textos¹¹⁴, escrito sob o pseudônimo Fábio de Almeida¹¹⁵, analisa os votos pautado em dois aspectos: as classes e os setores que votaram no MDB e o porquê elas se comportaram diferente da votação de 1970 e votaram no MDB. Em suma, ele identifica que o apoio do operariado teria se dado como um voto de protesto à ditadura, enquanto a pequena-burguesia teria votado no grupo dos autênticos devido à sua bandeira democrática, sendo que, em geral, o voto da grande e média burguesia estariam ligados à discordância com a política econômica. O grupo dos “autênticos”, dessa forma, teria se aproveitado do momento político para angariar esse apoio.

Para o autor, uma maioria dos setores da burguesia e das forças armadas veriam uma necessidade de institucionalizar o regime. Ela seria importante para a própria burguesia resolver suas contradições internas, assim como recuperar parte de seu poder junto à máquina do Estado, melhorar a imagem internacional do Brasil, criar canais de oposição controlada e neutralizar setores da oposição como a Igreja e os intelectuais. Contudo, as discussões sobre como seria esse processo se dariam dentro dos limites estabelecidos, ou seja, seria imprescindível defender o golpe de 1964, os pilares básicos da política econômica e seu sistema social e político de repressão. Em outras palavras, não se trataria de redemocratizar o país, mas sim institucionalizar o regime de exceção. As contradições da burguesia, assim, estariam controladas devido ao estado do movimento de massas, sendo o resultado eleitoral mais um fator rumo ao seu processo de radicalização.

Os resultados das eleições teriam forçado a ditadura a agir para apaziguar os conflitos em seu próprio seio. Por exemplo, o autor argumenta que o ataque ao PCB em janeiro de 1975 teria sido para conter os militares da “linha-dura”, assim como teria sido necessário “avisar” os autênticos de que não seriam toleradas guinadas mais à esquerda. Entretanto, a cassação de mandatos poria abaixo a “farsa” da institucionalização: haveria a manutenção dessa farsa enquanto continuaria a intimidar aqueles parlamentares mais combativos. Mesmo assim, as contradições não estariam resolvidas, com a crise econômica aguçando as contradições da burguesia e a própria institucionalização passando por questionamentos.

¹¹⁴ ALMEIDA, Fábio. Eleições: o voto e suas repercussões. Brasil Socialista. op. cit., abril 1975, p. 5-18.

¹¹⁵ Ao contrário de “Raul Villa”, pseudônimo de Éder Sader, não foi possível identificar de quem é o pseudônimo “Fábio de Almeida”.

Por fim, o autor considera que as eleições de 1974 poderia ser mais um fato que mostrasse às massas o isolamento da ditadura militar. Caberia às esquerdas revolucionárias lançar um programa tático que teria como eixo a luta pelas liberdades democráticas, permitindo aprofundar sua ligação com o movimento de massas, canalizando para a classe operária o centro de oposição à ditadura. Para ele, assim, o desenrolar do processo político dependeria do ritmo em que se daria a retomada do movimento de massas.

A luta pelas liberdades democráticas dessa forma representaria, para o MR-8, uma forma de fazer com que as massas combatessem a ditadura e o processo de institucionalização. É certo que ainda contém alguns elementos que podem ser encontrados nos clássicos do marxismo-leninismo, como a necessidade de educar as massas para a ação revolucionária e a imprescindibilidade dessa educação vir da vanguarda comunista, detentora do saber teórico sobre a revolução. Contudo, colocar os trabalhadores como protagonistas desse processo, no lugar da vanguarda armada, já apresenta uma mudança significativa quanto às posições da organização no período anterior a 1971.

Outras duas organizações discutem no segundo número da *Brasil Socialista* a atuação nas eleições e a conjuntura nacional, e escrevem seus textos nos mesmos meses de setembro e outubro de 1974. A primeira delas, a APML, em seu artigo “Na denúncia da farsa eleitoral, ampliar a resistência à Ditadura”¹¹⁶, discute se deve participar das eleições, desde que mantendo a posição de denúncia da farsa eleitoral. Para a classe operária teria sido interessante desde sempre a luta contra a ditadura, não bastando conquistar a democracia para retornar a uma ditadura disfarçada da burguesia. A luta pelas liberdades democráticas seria útil para ajudar a criar a organização independente do proletariado, não significando uma luta por um governo burguês-democrático. Dessa forma, a participação dos comunistas seria primordial, uma vez que se omitir da questão eleitoral seria abrir espaço para os revisionistas, encarnados no PCB, e à pequena-burguesia.

A atuação eleitoral, portanto, deveria fazer chegar às massas as denúncias políticas contundentes e as propostas de resistência mais explícitas. Indo além, a APML defende até mesmo o apoio a um candidato que se servisse a denunciar a farsa eleitoral, além de alertar quanto as ilusões do reformismo do PCB, sendo útil aos propósitos da construção da resistência. Contudo, só seria apoiado aquele que reconhecesse que a base da verdadeira

¹¹⁶ AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA. Na denúncia da farsa eleitoral, ampliar a resistência à ditadura. *Brasil Socialista*. 1 (2), abril de 1975, p. 53-64.

oposição não estaria no parlamento burguês, mas somente na união dos trabalhadores numa frente de resistência.

Dessa forma, a posição da APML se aproxima e muito da do MR-8. Ambas defendem a luta pelas liberdades democráticas, a importância de uma frente de resistência contra a ditadura, a educação das massas nos rumos do socialismo, etc. Contudo, a terceira organização a discutir o tema das eleições e da conjuntura, a PO, diverge drasticamente das anteriores.

Em seu artigo “A conjuntura nacional”¹¹⁷ a PO defende, de maneira aproximada com as posições do MR-8 e da APML, que a crise teria causado divisões no seio do bloco dominante, desorganizando o estilo próprio de suas lutas reivindicatórias dentro da ditadura. Por isso, os diferentes setores da burguesia teriam tentado lutar por uma forma direta por suas reivindicações, buscando os partidos oficiais. Sendo assim, a organização considera que as eleições de novembro se distanciariam um pouco da clássica farsa eleitoral da ditadura para relembrar vagamente as eleições burguesas tais quais eram anteriormente ao golpe de 1964.

Para a PO, o projeto da redemocratização teria aparecido como o único capaz de polarizar novas forças em torno de um governo burguês. Isso só teria se tornado possível pois a ideologia dominante nas massas continuaria sendo o “populismo”, fazendo com que o movimento de massas tendesse a ressurgir como um movimento populista. Mais ainda, a organização considera que as condições históricas favoreceriam que o movimento de massas fosse polarizado pelas vanguardas da pequena-burguesia, ligadas ao movimento controlado ideologicamente pela burguesia. A possibilidade de alterar essa situação dependeria da criação de uma força proletária de luta, dependendo da atividade da esquerda proletária para a introdução de métodos e objetivos proletários nas lutas de massas.

Criticando – sem citar – o MR-8 e a APML, o grupamento considera que uma grande parte da esquerda revolucionária teria embarcado no movimento da redemocratização, inclusive reafirmando estratégias reformistas e populistas. Isso revelaria, para a PO, que essas organizações não estariam com visualizando um horizonte proletário, mas sim estariam com os pés enfiados nos pântanos da pequena-burguesia. Essas posições seriam, assim, um “desvio” que deveria ser combatido com a mesma violência com que se combateu o militarismo. Por isso, a PO defende que a palavra de ordem dos comunistas deva ser a luta pela formação de um proletariado independente e oposto à sociedade burguesa.

¹¹⁷ POLÍTICA OPERÁRIA. A conjuntura nacional. Brasil Socialista. 1 (2), abril de 1975, p. 65-68.

A discordância entre as organizações abre mais um canal de discussão e de disputa entre as organizações comunistas. Os próximos números da *Brasil Socialista* são um importante palco para esses conflitos e para a defesa, por parte do MR-8 e da APML, da plataforma de luta pelas liberdades democráticas.

Os verdadeiros comunistas: a defesa das liberdades democráticas e o conflito com a Política Operária

A discussão com a PO foi um tema central do terceiro número da revista *Brasil Socialista*¹¹⁸. Em seu editorial¹¹⁹ há a reafirmação do compromisso dos verdadeiros comunistas com a construção partidária, criticando aqueles que não superaram os desvios vanguardistas e militaristas, sendo incapazes de lutar por essa construção. O Partido só seria possível de ser construído, portanto, a partir de uma sólida base teórica, tendo em vista a unificação em torno da alternativa proletária. O editorial destaca, por fim, a atuação conjunta da APML e do MR-8 que teriam em vista alcançar esses objetivos, colocando assim a PO fora do grupo das organizações de alternativa proletária e do grupo dos verdadeiros comunistas.

No mesmo número há a publicação de uma carta da PO¹²⁰ endereçada ao corpo editorial, esclarecendo suas posições. A PO argumenta que sempre teve discordâncias quanto ao estatuto da revista, principalmente com a defesa da pauta das “liberdades democráticas”. Para eles, o programa democrático seria uma pauta próxima daquela defendida tanto pelo PCB quanto pelos liberais. Os comunistas, ao defenderem-na, contribuiriam dessa forma para preparar o proletariado para “limpar caminho” para as outras classes sociais, na hora crítica, abrindo as portas para a acumulação de forças no sentido pequeno-burguês do termo, ou seja, uma acumulação quantitativa, que diluiria as lutas proletárias no movimento popular.

Assim, considerando a ditadura militar como uma ditadura aberta e indireta da burguesia, a organização se posicionaria contra movimentos anti-ditadura por compreender que eles não causariam mudanças na composição social. O baixo grau de consciência do proletariado não justificaria o uso dessa estratégia por parte dos comunistas, sendo que essa situação só poderia ser alterada quando os trabalhadores fossem educados para se oporem a todas as formas de ditadura burguesa, incluindo aí também a democrática. Além do mais,

¹¹⁸Brasil Socialista. 1 (3), julho de 1975.

¹¹⁹COMITÊ DE REDAÇÃO. Avancemos no rumo da construção partidária. *Brasil Socialista*. 1 (3), julho de 1975.

¹²⁰Correspondência. *Brasil Socialista*. 1 (3), julho de 1975.

diferentemente do que o MR-8 esperava acontecer após a conquista das liberdades democráticas, a PO interpretava que a correlação de forças não indicaria que a ditadura fosse ser substituída pela Ditadura do Proletariado e pelo socialismo. Para que isso acontecesse, defende, seria necessária a constituição de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores para servir como governo de transição para o socialismo.

Sendo assim, a PO critica o MR-8 e afirma que suas posições se encontrariam no mesmo nível teórico o qual se encontravam no período anterior à luta armada, assim como as suas posições democráticas e sua relação com a pequena-burguesia. Uma base teórica comum entre as duas organizações só teria sido possível caso a PO aceitasse as lutas democráticas, o que entraria em conflito com os seus posicionamentos históricos. A construção partidária não passaria de uma construção sectária e voluntarista, existindo à margem do proletariado e não como o seu partido de classe, e o editorial da revista não entraria em tarefas concretas, mas se contentaria em “construir”. Com isso, para a PO os posicionamentos da revista não corresponderiam à orientação da organização, mas isso não impediria a continuidade da colaboração – o que, de fato, não ocorre.

A resposta do MR-8 vem por meio do artigo de Daniel Terra¹²¹, chamado “Contra o doutrinarmismo e o economicismo: por uma tática proletária de combate à ditadura”, no quarto número da revista¹²². O autor defende que seja necessário o desenvolvimento de condições mais favoráveis à atuação dos comunistas. Isso seria possível através da reanimação do movimento de massas, além da existência das dificuldades econômicas, da passagem à oposição de setores da pequena-burguesia e da redefinição de uma tática acertada por setores das esquerdas revolucionárias. Assim, Terra reafirma as definições das Resoluções, ao dizer que é necessário o trabalho de massas por parte dos comunistas para guiar as massas no caminho correto. Essa atividade, alerta, teria de ser feita concomitantemente à elaboração da teoria revolucionária, de acordo com o postulado leninista de que sem teoria revolucionária não existe prática revolucionária.

Dessa forma, o autor tece críticas à PO, discutindo dois documentos publicados pela organização: Conjuntura e tática e o periódico Política Operária de número 40, e aproveita para contrapor as próprias posições de sua organização. O objetivo do artigo é

¹²¹ Pseudônimo de Claudio Campos, antigo dirigente da organização.

¹²² TERRA, Daniel. Contra o doutrinarmismo e o economicismo: por uma tática proletária de combate à ditadura. Brasil Socialista, 1 (4), outubro de 1975, p. 4-39.

explicitar os dois desvios principais da PO, que seriam prejudiciais ao movimento operário e ao próprio movimento comunista.

Citando diversos trechos, segundo ele o grupamento não consideraria que a classe operária pudesse combater a ditadura, já que sua consciência de classe não estaria desenvolvida, fazendo com que a penetração não pudesse mudar essa realidade. Mais ainda, para a PO, seria um momento de crise econômica que traria a desestabilização do sistema capitalista e faria o proletariado se radicalizar, reafirmando que a atuação da vanguarda não mudaria a conjuntura, já que ela só se alteraria a partir de fatores além da vontade dos indivíduos. Isso, para Terra, significa que a PO entendia que toda conjuntura ao nível político seria consequência direta da situação econômica.

Daniel Terra argumenta que essas posições demonstrariam um descompromisso por parte do grupamento com o movimento e o trabalho de massas. A globalização das lutas dos trabalhadores e a sua organização independente só seriam atingidos através de um processo de lutas e de um longo trabalho político-ideológico sobre as massas. Para Terra, a economia teria sim influência na geração da consciência das massas, mas também seria necessário que elas fossem educadas, organizadas e que tivessem consciência política. Como exemplo disso o autor cita o próprio golpe de 1964, em que o fortalecimento das classes dominantes teria sido criado, num contexto de crise, justamente, pela falta de educação, organização e consciência política das massas. Dessa forma, para ele, a intensidade da crise dependeria, em última instância, da atuação das massas, ao não deixar campo livre para a atuação da burguesia.

Se utilizando muito de longas citações de textos de Lênin e Pokrovski¹²³, Terra busca demonstrar que o ponto de vista do MR-8 estaria baseado tanto nos acontecimentos históricos quanto na própria teoria marxista-leninista. Esses dois autores teriam analisado as greves e manifestações russas no período anterior à Primeira Guerra Mundial e chegado à conclusão, em síntese, de que não haveria incompatibilidade entre o crescimento econômico e o crescimento do movimento de massas, assim como teria sido imprescindível para a articulação desses movimentos a atuação da vanguarda em meio às massas. Assim, não haveria justificativa, por parte da PO, para não iniciar a penetração no operariado para alterar o seu quadro de isolamento.

¹²³Mikhail Pokrovski (1868-1932) foi um historiador marxista russo. Seus estudos valorizavam o papel da economia como o motor da história, no lugar dos grandes homens, fato que fez seus escritos serem desvalorizados, após a sua morte, pelo governo de Joseph Stalin. Somente no governo de Nikita Krushchov é que seu legado pode ser resgatado e seus textos voltaram a ser estudados nos círculos acadêmicos soviéticos.

De acordo com Daniel Terra, além disso, a PO defenderia que o momento seria de acumular forças e aglutinar em torno de si a camada avançada da classe operária, e não se enraizar na massa. Para o autor, não haveria motivo para contrapor a formação da vanguarda ao trabalho de massas, uma vez que uma vanguarda classista só poderia surgir no próprio processo de lutas de classes. O que deve ser feito, ao contrário, é concentrar um esforço teórico sobre as parcelas avançadas, permitindo-lhes que pudessem desenvolver melhor o seu papel de vanguarda, ao mesmo tempo em que seria necessário criar condições nas massas para fazer surgir esses elementos avançados.

Com isso, as posições da PO seriam culpa de seu economicismo e, de certa maneira, para Daniel Terra iriam contra a própria teoria marxista-leninista. De acordo com ele, Lênin teria dito que se deve preparar a massa antes da revolução para que ela saiba defender seus interesses. O que a PO defenderia, ou seja, que fosse preciso primeiro pensar no conhecimento e depois na prática implicaria, para o autor, inverter todo o processo dialético materialista do conhecimento. O conhecimento teórico, assim, não poderia ser absorvido sem uma prática que permitisse avaliá-lo.

Além disso, Terra identifica nos documentos que a organização falaria pouco em educar as massas, defendendo a atuação em maior grau de propaganda e organização nas lutas espontâneas do proletariado. A PO estaria se colocando a reboque do movimento espontâneo, participando delas, para Terra, com o objetivo de manter contato com o operariado, mas sem se comprometer com seus resultados. Sendo assim, ela estaria trabalhando contra a revolução ao diminuir seus laços com as massas e priorizar a formação teórica das parcelas avançadas, enquanto, ao mesmo tempo, estaria cometendo desvios dos princípios leninistas ao considerar que as lutas se dariam independentemente da ação da vanguarda comunista.

Segundo o artigo, a PO consideraria que a raiz do seu erro estaria no distanciamento do instrumental marxista de análise, assim como no esquecimento da concepção leninista de prática política. O autor rebate que isso só seria uma descrição mais acurada dos erros: apenas com a experiência seria possível atingir o verdadeiro conhecimento teórico. Mais ainda, ele critica que a organização, ao não formular uma tática, estaria trabalhando com conceitos abstratos, sem qualquer significação para a massa. Isso seria causado pelo o que o autor chama de dogmatismo, ou seja, o desvio que estabeleceria dogmas em vez de um esforço para a análise da conjuntura. Ele se caracterizaria pela

Incapacidade de compreender a necessidade de mediações táticas, de analisar a correlação de forças atual, de partir da situação atual em que se encontram as

massas; a crença na possibilidade de resolver todos os problemas concretos através de umas poucas considerações gerais e abstratas; isso tudo caracteriza o comportamento superficial e dogmático.

O dogmatismo é uma tentativa de "simplificar" artificialmente as questões, de fugir à complexidade dos fatos e denota insegurança e incapacidade de assumir e conviver com a própria ignorância enquanto não se consegue transformá-la em conhecimento [grifos no original]¹²⁴.

No caso especial da PO, Terra considera que esse dogmatismo teria uma característica especial, que teria por objetivo a criação de uma doutrina a ser seguida em vez de uma tática de ação, ou seja, busca-se uma aparência em vez de respostas aos acontecimentos:

À esta forma particular de dogmatismo, que não chega nem mesmo a formular uma tática, por equivocada que seja, só poderia corresponder no plano político a uma prática doutrinária que substitui a tática, o encaminhamento concreto de lutas parciais de massas, pela mera propaganda de conceitos abstratos e da própria estratégia.

O doutrinário despreza o fato de que a consciência política das massas só se produz pela sua própria experiência concreta, e tenta "substituir" essa experiência (que o dogmático jamais saberá estimular e dirigir) pelo proselitismo da vanguarda sobre as massas.

Essa incompreensão das leis mais profundas da dinâmica do movimento de massas, cria no dogmático uma verdadeira obsessão pela forma, única parte da realidade que ele é capaz de perceber [grifos no original]¹²⁵.

Assim, para o autor, as teorizações economicistas, expostas anteriormente, de que uma crise teria como resultado a radicalização do proletariado e sua vinda para a arena política buscariam justificar o abandono das massas, ao mesmo tempo em que o economicismo e o espontaneísmo seriam necessários para sustentar esse doutrinário, ao não gerar uma tática de luta, cavando ainda mais, para Terra, o espaço entre as massas e a vanguarda.

O artigo passa, com isso, à defesa da tática da luta pelas liberdades democráticas por parte do MR-8 e, é claro, tem em vista criticar os posicionamentos da PO. Ambas as organizações concordam na interpretação de que a ditadura militar seria indispensável para a burguesia continuar exercendo sua dominação de classe e resolver suas contradições internas. Também, concordam que a tentativa de institucionalizar o regime seria uma demonstração de fraqueza da ditadura. Contudo, enquanto o MR-8 defende as lutas democráticas como uma forma de lutar contra a ditadura militar e, com isso, desestabilizar as classes dominantes, a PO afirmaria que a reorganização do movimento democrático fortaleceria a burguesia.

¹²⁴ TERRA, op. cit., outubro de 1975, p. 16.

¹²⁵ Ibidem.

Terra argumenta que o grupamento estaria se contradizendo, pois ao mesmo tempo em que diz que a ditadura é a única forma de garantir a dominação burguesa estaria, em linhas gerais, afirmando que o movimento democrático geraria uma nova alternativa de aglutinação das forças burguesas enquanto, para o autor, a ditadura militar e o movimento democrático seriam dois polos paralelos que se excluem. Para a PO, de acordo com o artigo, o movimento democrático não seria a oposição da pequena-burguesia ou do capital médio frente à grande burguesia e a ditadura, como defende o MR-8, mas um movimento da própria burguesia contra a ditadura.

O MR-8 compreenderia que não interessaria à burguesia a redemocratização nos moldes propostos pelo MDB, ao contrário, ela tenderia a ficar mais violenta e necessitaria cada vez mais da ditadura militar. A piora da crise econômica causaria isso, já que as massas passariam a ter reações mais violentas em resposta a ela. Assim, não seria a burguesia que estaria sendo atraída pelo projeto da institucionalização, já que tem origens justamente em seu seio, mas sim a ditadura que estaria ganhando a ala “liberal” do MDB, representada pela maioria “moderada”. Dessa maneira, o autor considera que tanto a “institucionalização” quanto a “redemocratização” seriam duas ideias que se complementariam.

A PO consideraria que o grupo dos “autênticos”, representantes da pequena-burguesia democrática, tentariam polarizar as frações das massas que são contra a ditadura militar, se constituindo em um apelo político-ideológico que visaria um recuo do movimento revolucionário às condições anteriores ao golpe de 1964. Ao contrário, o MR-8 teria a ideia de que a pequena-burguesia não teria condições de oferecer às classes revolucionárias uma alternativa melhor que a esquerda proletária. Isso só seria possível caso não houvesse ação dos comunistas: ela seria essencial para prevenir a atração pela pequena-burguesia enquanto, ao mesmo tempo, tentaria trazer essa classe para o apoio ao movimento revolucionário.

Terra, com isso, critica a PO ao dizer que a organização não saberia separar a democracia burguesa das outras formas de democracia, além de não fazer uma crítica à democracia não-proletária que conseguisse levar ao isolamento da ditadura militar. Ele considera que a organização teria preceitos antidemocráticos e essas considerações seriam seu fruto em junção a seu doutrinário.

É interessante perceber como surge aqui a caracterização de uma organização como antidemocrática. A democracia começa a aparecer como um valor a ser buscado – embora essa democracia não seja a burguesa ou como foi definida na redemocratização do

pós-ditadura. O MR-8 buscaria a ditadura do proletariado como o ponto final da luta pelas liberdades democráticas, que seria, de acordo com Terra, uma democracia para as massas e uma ditadura para a burguesia. Dessa forma, a ditadura do proletariado seria considerada a verdadeira democracia, portanto o comunista seria o único verdadeiro democrata.

Ainda assim, o autor afirma que existiria uma contradição entre o comunismo, a sociedade sem classes, e a democracia. Seria o objetivo do MR-8, assim, levar a Revolução além dos marcos do socialismo. Contudo, indo de acordo com o que defenderia Lênin, seria um interesse revolucionário que os métodos do governo fossem os mais democráticos possíveis. Só seria contra o aprofundamento e a ampliação da democracia aqueles que acreditassem que a democracia garante o interesse de todos e de que ela conciliaria interesses antagônicos, o que teria sido uma formulação da própria burguesia para garantir a sua dominação de classe. Ao contrário, a democracia proletária visaria defender os interesses da grande maioria da população.

Para o MR-8, portanto, a compreensão comunista de democracia implicaria em se esforçar para atrapalhar os planos da burguesia, já que ela seria a inimiga da verdadeira democracia. Com isso, seria possível garantir o máximo de liberdade e segurança para o proletariado. Não se deveria confundir, assim, a democracia com pacifismo e o parlamentarismo, já que o parlamento aí entraria como um instrumento secundário de atuação dos comunistas, sendo que a violência contra os opressores se constituiria, por outro lado, em uma necessidade democrática de luta.

Assim, o autor busca diferenciar as duas formas de se lutar contra a ditadura e pelas liberdades democráticas: a burguesa e a proletária. A primeira delas seria inconsistente, demagógica e conciliadora, visando manter a dominação de classe não só por meio da repressão, mas também pelo condicionamento ideológico das massas. Já a proletária, diz Terra, visaria partir da situação em que a consciência das massas se encontravam e fazer todos os esforços possíveis para que se aprofundasse cada vez mais a consciência das massas e expondo as opressões, mostrando que somente o socialismo seria capaz de garantir sua liberdade e satisfazer suas necessidades.

Com isso, Terra reconhece que as liberdades políticas conquistadas através da luta contra a ditadura seriam limitadas e burguesas, já que coexistiriam com a própria dominação dessa classe. Somente com o crescimento do movimento operário e a derrubada do Estado burguês é que haveria uma “mudança de qualidade” do caráter das liberdades políticas, que é

quando o proletariado teria imposto ao restante da sociedade a sua concepção de democracia. Assim sendo, ao mesmo tempo em que as lutas econômicas não desembocariam imediatamente em uma economia socialista, as liberdades políticas não alcançariam de imediato a democracia proletária, mas ampliariam sua capacidade de manobra para que pudessem alcançá-la.

Terra então parte para a defesa da participação dos comunistas nas eleições. Ele cita, novamente, Lênin, criticando os revolucionários que se recusavam a participar do parlamento burguês para fins revolucionários. Contudo, o parlamento burguês não permitiria que as reais necessidades e aspirações políticas dos comunistas se manifestem através dele, fazendo com que a última palavra a respeito das questões de poder fosse dada não por ele, mas sim pelo movimento de massas. Sendo assim, seria importante a atuação da vanguarda nele para que a consciência das massas sobre o mito parlamentar fosse acelerada, apagando a crença de que ele possa trazer transformações – configurando o que seria o “reformismo” – e dando esse papel aos próprios trabalhadores organizados.

Como afirmado anteriormente, a participação eleitoral e parlamentar seria secundária, estando sempre secundária em relação às lutas extraparlamentares e de massa. Mesmo assim, embora se compreenda que o parlamento não possui real poder de mudanças, não significa que não se deve participar dele. O exemplo disso, dado pelo autor, seria a própria participação de Lênin na Duma czarista. Contudo, essa decisão sobre a participação não seria tomada com base no que seria objetivamente o parlamento, mas pela representação subjetiva que as massas teriam dele. Ou seja, para além da ampliação do contato com as massas, de certa forma se busca um certo grau de legitimidade na participação parlamentar devido ao que o parlamento significa para a sociedade.

O doutrinário e o formalismo da PO fariam eles concluir, como afirma Terra, que a conjuntura do período não permitiria o desenvolvimento de lutas políticas dos comunistas. Rebatendo, Terra questiona se essa falta de ação não abriria espaço para o projeto pequeno-burguês de redemocratização e para a própria democracia burguesa – de certa forma, acusando a organização de colaborar com a burguesia com sua falta de ação. O que diferenciaria o MR-8 dos outros grupamentos, para o autor, seria sua capacidade de conseguir denunciar o caráter do regime apesar das condições impostas. Não importaria se o congresso não fosse o centro de poder da ditadura militar: a ação dos comunistas nele teria o objetivo de propagandear denúncias, não buscar por mudanças.

Defendendo a não participação parlamentar, a PO argumenta que o que impediria a atuação dos comunistas nas eleições seriam a falta de consciência e de organização dos trabalhadores, o que, segundo Terra, seria uma inversão dos preceitos leninistas. O autor diz que o momento em que as massas estivessem próximas de desenvolver a sua consciência seria o momento de dissolver, e não de participar do parlamento. Com isso, os comunistas deveriam agir no parlamento burguês para tirar as massas de seu entorno, não as levar até ele.

Por fim, de acordo com o artigo a PO defenderia que a consciência do proletariado deveria ser desenvolvida antes de que os comunistas passassem a pensar em alianças e frentes de atuação contra outras classes sociais. Terra, ao contrário, diz que seria necessário saber diferenciar quem seriam os amigos, os inimigos e aqueles passíveis de serem neutralizados. Apenas o doutrinário veria a luta pelas liberdades democráticas tendo como vanguarda a pequena-burguesia, e seria oportunismo por parte da PO responsabilizar as massas e a conjuntura pela sua incapacidade de atuar enquanto vanguarda. O oportunismo, para Terra, seria para encobrir a inatividade da organização quanto à participação no trabalho de massas.

Dessa forma, vimos neste artigo o conflito entre o MR-8 e a PO, a divergência de suas opiniões e táticas para a revolução brasileira. Enquanto o MR-8 se apresenta como o grupamento que estaria ligado aos clássicos marxista-leninistas, realizando a análise crítica da conjuntura como deveria ser feita, a PO seria uma organização permeada por desvios, imóvel, teoricista, sem interesse em levar a cabo a revolução socialista. A defesa das liberdades democráticas, para o MR-8, representava o único caminho possível na conjuntura do Brasil dos anos 1970 para que as massas pudessem recompor suas forças e derrubar o regime militar e a dominação burguesa. Para alcançar esse objetivo a organização decide participar das eleições municipais em novembro de 1976, lançando candidatos próprios e, de fato, elegendo alguns deles, como por exemplo o vereador Antônio Carlos (Toninho), na cidade do Rio de Janeiro. A adoção das liberdades democráticas ainda seria um tema relevante nesse outro período para a organização, mas sob outra conjuntura e com outros objetivos diversos.

Considerações finais

Nesta pesquisa foi possível perceber as transformações internas de uma organização comunista, de sua adoção da prática armada, à sua autocrítica e, finalmente, a adoção de uma nova bandeira de lutas, a das liberdades democráticas. Ela representou uma mudança radical quanto a uma tática problemática de se abandonar: sair da luta armada e

defender a democracia poderia significar um retorno às teses consideradas reformistas do PCB.

De fato, os conflitos ocorridos após 1974 com o PCB, para diferenciar a sua pauta democrática com a do MR-8, e com a PO, que resistia a apoiar as liberdades democráticas, colaboraram para colocar essa pauta no centro das discussões para outros grupamentos de esquerda revolucionária. A ideia de uma frente social composta pela oposição democrática ao regime militar, em contraposição a uma aliança com uma burguesia progressista como defendida pelo PCB, é a chave para diferenciar essas duas táticas. Mais ainda, a ideia de que a própria atuação do proletariado criaria a sua consciência vai além do que estipula tanto o reformismo quanto o militarismo. Podemos dizer, assim, que a atuação do MR-8 na defesa das liberdades democráticas ajudou a superar no conjunto das esquerdas a luta armada imediata e, mais precisamente, o foquismo como forma de luta contra a ditadura e pelo socialismo.

Não nos cabe aqui dizer se as escolhas da organização foram corretas ou não, nem mesmo especular o que poderia ter sido feito de diferente. Mas podemos dizer que a luta pelas liberdades democráticas abriu espaço para discussões mais amplas tanto sobre a participação eleitoral, quanto a própria relação entre marxismo e democracia. As posteriores aventuras eleitorais do MR-8, a sua entrada no MDB e os conflitos que emergiram após o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) merecem um estudo mais detalhado, mas ainda assim podem estar inseridos nessa discussão sobre a função da democracia para o movimento comunista. Contudo, inegavelmente a adoção da plataforma de luta pela democracia foi a renovação que permitiu um retorno do MR-8 à arena política nos anos 1970 e garantiu sua participação em vários momentos do final da ditadura militar.

O estudo do MR-8 nos proporciona, assim, a reflexão sobre a nossa própria atualidade. Ver como uma organização definia e defendia seus ideais, como ela imaginava um projeto de país e como ela o buscava, nos ajuda a entender o surgimento de nossa própria democracia nos moldes aos quais ela está construída e também quais os moldes descartados em sua construção. Em um momento em que essa mesma democracia está ameaçada, refletirmos sobre os ideários e as possibilidades de sua construção podem nos dar as forças necessárias para que não cedamos quaisquer direitos civis e sociais que há tanto custo conquistamos.

REFERÊNCIAS

Fontes

Fontes primárias

Fontes de arquivo

Arquivo Edgard Leuenroth
Fundo Gilberto Mathias

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Coleção particular Daniel Aarão Reis Filho

Periódicos

Brasil Socialista, Anos I e II, nº 1 a 5, 1975 e 1976.

Bibliografia

AARÃO REIS, Daniel, RIDENTI, Marcelo (orgs.). História do marxismo no Brasil. Vol. V. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007.

—. História do marxismo no Brasil. Vol. VI. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2007.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense: CNPq, 1990.

—. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

AARÃO REIS FILHO, Daniel, MOTTA, Rodrigo Patto Sá, RIDENTI, Marcelo (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004.

AARÃO REIS FILHO, Daniel, SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero, 1985.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Os “Melhores Filhos do Povo”*: Um estudo do ritual e do simbólico no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). Curitiba: Appris, 2015.

CARVALHO, Alessandra. “Democracia e desenvolvimento” versus “Segurança e desenvolvimento”: as eleições de 1974 e a construção de uma ação oposicionista pelo MDB na década de 1970. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, julho/dezembro de 2012, p. 555-572.

- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DIAS, Cristiane Medianeira Ávida. Os brasileiros no Chile (1970-1973): exílio e memória. Autos & baixas – Justiça, memória e cidadania. Vol. 3, n. 1, 2015, p. 85-95.
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Revolução e Democracia (1964-...). Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GORENDER, Jacob. Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- GRABOIS, Mario Almada. A luta desarmada: a esquerda revolucionária e o debate da questão democrática nos anos 1970. Dissertação de mestrado em ciência política UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.
- GROSSI, Diego. Dilemas da historiografia brasileira sobre a resistência armada contra a Ditadura Militar: a questão democrática entre os paradigmas liberais e a proposta marxista. História & luta de classes, v. 19, 2015, p. 45-51.
- GUIMARÃES, Juarez. Democracia e marxismo: crítica à razão liberal. São Paulo: Xamã, 1999.
- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.) Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). Democracia e ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 141-152.
- PESSOA, Reynaldo X. Carneiro (org.). PCB: Vinte anos de política 1958-1979 (Documentos). São Paulo: LECH, 1980.
- RÉMOND, René (org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. O fantasma da revolução brasileira. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.
- ROLLEMBERG, Denise. Exílio: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. Disputas de memórias: memória e identidade do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (1975-1985). Tese de doutorado em Memória Social UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.
- SILVA, Camilla Cristina. O Brasil do deixe-o: vivências e lutas no exílio. Revista escrita da História. Ano 2, vol. 2 (4), setembro/dezembro 2015, p. 47-66.
- SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. Os filhos rebeldes de um velho camarada: a Dissidência Comunista da Guanabara (1964-1969). Dissertação de mestrado em História Social UFF, Niterói, 2009.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TOLEDO, Caio Navarro de (org.). 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2014.